



TCC/UNICAMP
Sa71c
IE

FERNANDA SABARIM

CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1884

CEDOC - IE - UNICAMP

**CAMPINAS
2010**

**TCC/UNICAMP
Sa71c
1290004899/IE**

Capitalismo

FERNANDA SABARIM

CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1884

Monografia apresentada, ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel no curso
de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves

Gonçalves, José Ricardo Barbosa

**CAMPINAS
2010**

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meus pais, Célia e João, por todo apoio, encorajamento, amor e ensinamentos que formaram os alicerces da minha história. E à minha irmã, Daniela, por todo apoio e carinho, dela recebidos, no momento mais difícil de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A parte dos agradecimentos de um trabalho é talvez a parte mais importante de se ler, pois é nela que o pesquisador tem a oportunidade de explicitar sua estima a todos que o auxiliaram no processo de estudo, análise e finalização de seu trabalho. Os agradecimentos aqui contidos envolvem mais do que simples obrigados, envolvem meus profundos reconhecimento e apreço a todos que me ajudaram neste percurso acadêmico. Meus profundos agradecimentos:

Ao Professor Doutor José Ricardo Barbosa Gonçalves, por assumir a orientação desta monografia e, por sempre ter encontrado tempo para me auxiliar na pesquisa e na análise dos resultados desta.

Ao Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a todos seus funcionários, por disponibilizarem as fontes histórias e materiais, tão necessário para a confecção deste trabalho.

Ao Instituto de Economia da Unicamp e a todo seu corpo docente, por contribuírem diretamente para minha formação acadêmica.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE FIGURAS	7
RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
1. FONTES PRIMÁRIAS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2. CAPITALISTAS E O CRÉDITO	16
3. CAMPINAS, DE VILA À METRÓPOLE	20
4. CAPITALISTAS ATUANTES EM CAMPINAS	26
4.1. OS DEZ MAIORES CAPITALISTAS DE CAMPINAS	29
5. ATIVIDADE ECONÔMICA DOS CAPITALISTAS	40
5.1. FAZENDEIROS	46
5.2. NEGÓCIOS DIVERSOS	55
5.3. BANCO	56
5.4. SETOR DE SERVIÇOS	58
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE 1: TABELAS	68
APÊNDICE 2: FOTOS	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: MOVIMENTO DE CRÉDITO PELOS CAPITALISTAS DE CAMPINAS, ENTRE 1873-1884.....	27
TABELA 2: RELAÇÃO DE BENS IORÇAMENTADOS DE VICTORINO PINTO NUNES SEGUNDO O SEU INVENTÁRIO (DATADO DE 1881).....	38
TABELA 3: RELAÇÃO DE DEVEDORES VICTORINO PINTO NUNES E DO MONTANTE DA DÍVIDA, SEGUNDO O SEU INVENTÁRIO.....	38
TABELA 4: CLASSIFICAÇÃO DOS 24 CAPITALISTAS QUE TIVERAM INVENTÉRIOS ANALISADOS, SEGUNDO PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DESEMPENHADA; E MOVIMENTO DE CRÉDITO POR ESTES ENTRE 1872-1885	43
TABELA 5: RELAÇÃO DE DEVEDORES DO FINADO CASSIANO BERNARDO DE NORONHA GONZAGA, NO MEMENTO DE SUA MORTE, SEGUNDO INVENTÁRIO DESTE, DATADO DE 1887.....	53
TABELA 6: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1873 E 1874	68
TABELA 7: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1874 E 1875	69
TABELA 8: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1875 E 1876	69
TABELA 9: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1876 E 1877	70
TABELA 10: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1877 E 1878	70
TABELA 11: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1879 E 1880	71
TABELA 12: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1880 E 1881	71
TABELA 13: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1881 E 1882	72
TABELA 14: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1883 E 1884	72
TABELA 15: CRÉDITO CONCEDIDO PELOS CAPITALISTAS, EM CAMPINAS, ENTRE 1885 E 1886	73

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Evolução da concessão de crédito pelos capitalistas em Campinas, entre 1873 e 1885 (em contos de réis*).....	26
FIGURA 2: Relação dos 10 maiores capitalistas em volume de crédito concedido entre 1873-1884 (equivalente a 60% de todo o crédito concedido no período).....	28
FIGURA 3: Crédito concedido pelos 10 maiores capitalistas de Campinas, no período entre 1873 e 1885, separados por ano de concessão do empréstimo.....	30
FIGURA 4: Crédito concedido por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (ranking 1), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	31
FIGURA 5: Crédito concedido por Umbelina de Moraes Bueno (ranking 2), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	32
FIGURA 6: Crédito concedido por José Egydio de Souza Aranha (ranking 3), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	33
FIGURA 7: Crédito concedido por Carlos Norberto de Souza Aranha (ranking 4), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	33
FIGURA 8: Crédito concedido por José Egydio de Souza Aranha (ranking 5), em Campinas, em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	34
FIGURA 9: Crédito concedido por Custódio Manoel Alves (ranking 6), em Campinas, em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	35
FIGURA 10: Crédito concedido por Diogo de Moraes Salles (ranking 7), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	36
FIGURA 11: Crédito concedido por Manoel Carlos Aranha (ranking 8), em Campinas, entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	37
FIGURA 12: Crédito concedido por Victorino Pinto Nunes (ranking 9), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	37
FIGURA 13: Crédito concedido por Maria Engler Barbosa (ranking 10), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	39
FIGURA 14: Crédito concedido pelos 24 capitalistas com inventários analisados, em Campinas entre 1873-1885, segundo o principal tipo de atividade econômica destes	41
FIGURA 15: Classificação dos 24 capitalistas com inventários analisados, segundo sua principal atividade econômica.....	41
FIGURA 16: Movimentação de crédito pelos 24 capitalistas inventariados segundo grupo de atividades, em Campinas entre 1873 e 1885.....	42
FIGURA 17: Valor e tipo de propriedades que constituíam a riqueza pessoal dos capitalistas atuantes em Campinas no período entre 1873 e 1884.....	44
FIGURA 18: Riqueza pessoal total dos capitalistas atuantes em Campinas entre 1873-1884 (Riqueza dos 16 capitalistas= 100%= 3.772:124 \$798 de réis).....	45
FIGURA 19: Crédito concedido pela Agência do Banco Mercantil de Santos (ranking 13), em Campinas, entre 1873 e 1885 (contos de réis)*.....	57

RESUMO

Este projeto analisou a atuação dos capitalistas em Campinas, no período compreendido entre 1873 e 1884, auge da economia cafeeira no Oeste-Paulista. Foram personagens importantes para o entendimento da dinâmica e da diversificação da economia da cidade. A atividade de pesquisa iniciou-se com a análise dos livros de recebimento de impostos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, do período estudado, por meio do qual obtivemos o rol de contribuintes definidos como capitalistas. Verificamos que o crédito, por eles disponibilizado, desempenhou papel significativo na ampliação do comércio e dos negócios, e o conhecimento de sua atuação contribuiu para a compreensão dos mecanismos de crédito que possibilitaram a expansão e consolidação do complexo econômico cafeeiro. Tais formas institucionalizadas de concessão de crédito ampliaram a movimentação de capitais na economia campineira e, assim, contribuíram para o alargamento do espaço financeiro ocupado por casas bancárias e empresas financeiras e creditícias. O sopro de modernidade propiciado pela expansão cafeeira, pelo capital mercantil e pela disponibilidade de crédito transformou um simples vilarejo do século XVIII em uma das maiores metrópoles brasileiras no atual século XXI.

Palavras-chave: Capitalistas - Crédito - Campinas

INTRODUÇÃO

Campinas, a segunda maior cidade do estado de São Paulo e hoje em pleno processo de metropolização, tem, no sistema de crédito, uma importante ferramenta para a ampliação dos investimentos e para o crescimento do município. No século XIX, existia uma bifurcação do crédito, de um lado predominavam o capital usurário e a figura dos agiotas e do outro, o capital mercantil e os capitalistas. Estes últimos são necessários para a compreensão de como um simples vilarejo do início dos anos de 1800 se transformaria numa das mais ricas regiões em 1900.

A superioridade manifestada pela economia cafeeira no Primeiro Império e na Regência transformou-se numa força avassaladora no Segundo Império. Foi exatamente durante essa época, correspondente à segunda metade do século XIX, que o café encontrou, no Brasil, a zona ideal para o seu cultivo: o Oeste Paulista, na região que vai de Campinas a Ribeirão Preto. Ali, onde até meados do século XIX desenvolvera-se uma lavoura canavieira de importância, começaram a surgir, plantados na terra roxa, os grandes cafezais.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo plantação, fundada na grande propriedade trabalhada por escravos negros, substituídos, mais tarde, por trabalhadores assalariados. Sobre a adoção do trabalho livre nas fazendas do Oeste Paulista, devemos lembrar que o pioneiro desta iniciativa foi o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, político e grande latifundiário, que trouxe, em 1847, colonos suíços e alemães para trabalhar em sua fazenda de Ibicaba, no município de Limeira. Apesar disso, a mão-de-obra assalariada só se tomaria importante no contexto da economia brasileira depois de 1870.

A marcha do café em direção ao Oeste Paulista explica-se pela própria dinâmica da economia mercantil, que se baseia na expansão territorial como forma de expandir a produção. Somente em meados do século XIX, a produção de café consegue superar a tradicional produção de açúcar na cidade.

O intervalo temporal escolhido para a pesquisa compreende o período entre 1873 e 1884, época do auge do primeiro surto cafeeiro em Campinas, a cidade neste momento é considerada “o maior núcleo escravista da Província de São Paulo”¹.

Resta lembrar que, ao contrário das atividades econômicas que marcaram o período colonial, cujas fontes de financiamento do capital inicial foram externas), no caso do café aconteceu o inverso, e as lavouras foram financiadas fundamentalmente com recursos internos e, esses recursos contribuíram para a expansão do crédito através dos empréstimos realizados pelos capitalistas.

Ter e fornecer crédito eram funções essenciais numa São Paulo do final do século XIX, uma província em acelerado crescimento e que necessitava de capitais para manter os negócios, aquecer a economia e manter as vidas social e política em movimento. O crédito não é luxo, é fundamental e necessário para a expansão campineira, que transformará essa pequena vila do século XVIII em uma grande metrópole no atual século XXI.

Surgem os capitalistas, pessoas de vultosas posses e que disponibilizam capital para ser emprestado em troca de juros e retornos monetários. Os capitalistas estudados são aqueles que se reconhecem como tais, que dizem serem fornecedores de crédito e que pagam tributos sobre essa movimentação financeira. Era o grande fazendeiro, o político e o comerciante de renome, que devido ao crescimento econômico e urbanização propiciados pela expansão cafeeira, que modernizaria a cidade em poucas décadas, diversificam suas atividades e dinamizam um antigo negócio, agregando a este a função de ser uma pessoa emprestadora de capitais.

Contabilizaram-se os empréstimos de capitais com a criação do imposto sobre os capitalistas, que visava diferenciar o crédito fornecido sobre relações pessoais, de confiança no devedor, relações baseadas em laços familiares e de amizade, em contraposição ao crédito nos limites da institucionalização, concedido pelo capitalista e reconhecido pela tributação municipal.

Dinamizou-se e diversificou-se a economia sob a égide do capital cafeeiro. O crédito e os capitalistas que o concederam participaram das ações que possibilitaram as ampliações do comércio, dos negócios e dos serviços prestados há um século e meio.

¹ SALLES, M. F. C. Campinas em 1972. In: LISBOA, J. M. “Almanack de Campinas para 1873”. Typographia da Gazeta de Campinas, 1872, p. 33.

1. FONTES PRIMÁRIAS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

FONTES PRIMÁRIAS

Primeiramente, o foco de estudo voltou-se para a pesquisa e análise dos livros de recebimento de impostos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, no período compreendido entre 1873 e 1884. O material necessário para essa primeira parte da pesquisa encontrou-se disponível para consulta no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Trata-se de documentos do órgão arrecadador de impostos de Campinas e região, cuja origem se deve à implementação de novos métodos de controle da arrecadação fiscal propostos quando da vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808.

As Coletorias eram repartições arrecadadoras locais, criadas no período da Regência e extintas no começo da República. Sua chefia cabia a um coletor, auxiliado por um escrivão e um agente, que era o “substituto nato” do coletor. Eram subordinadas às Tesourarias da Fazenda na respectiva província, a quem competia criá-las ou suprimi-las, mediante aprovação do Tesouro Nacional. Foram as precursoras das coletorias federais estabelecidas no princípio do século XX.

Graças à pertinácia do historiador Celso Maria de Mello Pupo, que durante trinta anos foi diretor da Recebedoria de Rendas, a documentação pesquisada escapou de ser incinerada em São Paulo, tendo sido doada pela Fazenda do Estado à Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas, dirigida na época por Ruy Rodriguez, que por falta de espaço físico para abrigar o arquivo, conservou-o no Museu Arquidiocesano. Por decisão desta Sociedade, o arquivo posteriormente foi doado ao Centro de Memória da UNICAMP, em 11 de dezembro de 1986.

Além dos registros de pagamentos do imposto sobre capitalistas, esta documentação também é composta por guias de impostos provinciais pagos como meia-sisa de escravos; impostos prediais; matrículas de escravos, imposto sobre seges e veículos de condução, dentre outros.

Nesta fase, foram analisados os livros de numeração entre 51 e 61 da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, que abrangem a contabilidade do período entre 1873 e 1884. Como forma de comparação posterior, também foi consultado o volume número 67, que aborda a contabilização dos impostos pagos entre os anos de 1885 e 1886.

Assim tornou-se possível verificar a continuidade e ampliação do sistema de crédito pessoal e nos limites da institucionalização, sistema cujo centro situava-se na figura do capitalista, cujos empréstimos de capital eram contabilizados pelo município.

Quando um capitalista fornecia crédito a juros, obviamente esperava que o devedor quitasse a dívida na data programada com o pagamento do montante fornecido acrescido da remuneração sobre o tempo que este ficou com o dinheiro. Para isso, o capitalista exigia a apresentação de um colateral, que possivelmente eram imóveis urbanos ou propriedades rurais, sobre os quais a hipoteca era realizada. Para analisar as formas de contrato comandadas pelos capitalistas foi necessário estudar os inventários destes, para saber sob quais papéis residia seu ativo a receber.

Para isso, também foram analisados os livros de número L11, L12 e L13 do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, um órgão que registrava as hipotecas realizadas na cidade de Campinas, em que se encontram arrolados os credores e devedores do crédito, cujo qual foi possibilitado por hipotecas. Esses documentos encontram-se disponíveis para consulta no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Elaborado o rol de capitalistas atuantes no período acima especificado, realizou-se o levantamento das suas biografias para traçar um perfil destes. Nesta fase da pesquisa foram utilizados os Almanques de Campinas para os anos de 1872, 1873, 1878, 1879 e 1886; e edições da “Gazeta de Campinas” da época, disponíveis para consulta na “Biblioteca Professor José Roberto do Amaral Lapa”, que integra o Centro de Memória da Unicamp.

Para o arrolamento das informações sobre os indivíduos estudados, foram utilizados os inventários destes, doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas ao Centro de Memória da Unicamp, e disponibilizados por este para consulta. Foram analisadas vinte e dois inventários de capitalistas atuantes no período e que coletaram impostos, foram eles:

- (1) Alda Brandina de Camargo,
- (2) Antônio Joaquim Gomes Tojal,
- (3) Avelino Antero de Almeida Valente,
- (4) Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga,
- (5) Custódio Manoel Alves,
- (6) Diogo Benedito dos Santos Prado,
- (7) Diogo de Moraes Salles,
- (8) Francisco Alves de Almeida Salles,
- (9) Francisco de Camargo Penteado,
- (10) Francisco Paulino de Moraes,
- (11) Francisco Pompeu do Amaral,
- (12) Herculano Augusto de Pádua e Castro,
- (13) Joaquim do Amaral Camargo,
- (14) Joaquim Quirino dos Santos,
- (15) José de Paula Souza,
- (16) José Egydio de Souza Aranha,
- (17) Manoel Carlos Aranha,
- (18) Paulino Venâncio da Rosa,
- (19) Pedro José de Oliveira,
- (20) Thereza Michelina do Amaral Pompeo,
- (21) Vicente Maria de Paula Lacerda e
- (22) Victorino Pinto Nunes.

A bibliografia pesquisada visou responder às questões formuladas sobre o cenário histórico de meados do século XIX e a possível existência dos capitalistas; a atividade dos bancos, que podem ter sido beneficiados por aqueles agentes econômicos, com a criação de um espaço financeiro nas margens da institucionalização; e finalmente, objetivando traçar o perfil destas capitalistas atuantes em Campinas dos fins dos anos 1870.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para compreender perfeitamente o período abrangido pela pesquisa, foi necessário estudar as cenas histórica, social, política e econômica de Campinas. Isso foi possível com a leitura e síntese das obras de Duílio Battistoni Filho, Renata Bianconi, José Lapa e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, descritas nas referências.

Posteriormente a este contato inicial com a literatura, foi necessário situar a cidade no contexto da expansão cafeeira e início da industrialização em São Paulo, a partir da análise da onda moderna descrita por Walter Benjamin, em sua obra “A modernidade e os modernos”. Uma renovação que transformou e reorganizou as bases produtivas do antigo sistema escravo herdado da Colônia, e originou um novo sistema industrial, cujas bases centram-se no emprego de mão-de-obra livre.

A vida nas grandes cidades sofreu, nesse período, uma alteração social importante: a formação de uma elite cultural. O Rio de Janeiro, então capital da Nação, começou a ser visitado por viajantes estrangeiros que, traziam consigo um pouco do ambiente cultural europeu. Os próprios brasileiros de média e grande fortunas passaram a residir em cidades mais modernas e a modernizar as cidades em que moravam. Desenvolveram-se bailes de máscaras, regatas, hotéis, sistemas de transportes urbanos, companhias de iluminação pública à gás e as ferrovias, que se tornaram essenciais ao processo de industrialização nacional.

O nascimento da indústria moderna e o processo de industrialização brasileiros são abordados por Wilson Cano, em seu livro “Raízes da concentração industrial em São Paulo”; e nas obras “A industrialização de São Paulo: 1880-1945.” de Warren Dean; “O capitalismo tardio”, de João Manuel Cardoso de Mello; “A expansão econômica do estado de São Paulo num século: 1822-1922”, de Rangel Pestana; e “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”, de Sérgio Silva.

O sistema de crédito era uma função essencial numa São Paulo do final do século XIX, uma província em acelerado crescimento e que necessitava de capitais para manter os negócios e manter viva a economia.

As obras de João Pandiá Calógeras, Elpidio Figueiredo, Cláudio Pacheco, Flávio Azevedo Saes, Rodrigo Teodoro e Dorival Teixeira Vieira, demonstram a evolução do sistema monetário brasileiro, ressaltando a importância do Banco do Brasil e dos demais bancos existentes que contribuíram para as ampliações do crédito e do fluxo monetário disponibilizados para que agentes econômicos dinamizassem os negócios, aquecessem a indústria, ou simplesmente, continuassem suas vidas como consumidores.

Levantamos questões relativas à atividade dos bancos no período analisado, objetivando estudar a possível influência que os capitalistas geraram ao desenvolvimento e ampliação da atividade financeira institucionalizada na figura das bases bancário, hoje de extrema importância para o sistema de crédito no país e para a ampliação do capital em circulação, por meio do multiplicador bancário.

Possibilidades e limites foram encontrados nos livros e nos documentos necessários para a gênese do presente trabalho. As possibilidades fazem-se visíveis na disponibilidade do acervo para a pesquisa em um local público e de fácil acesso a estudantes da Universidade Estadual de Campinas.

Os limites são os obstáculos com que se depara o pesquisador ao manusear documentos com folhas rasgadas, descoladas e furadas e páginas inteiras hachuradas e com manchas provocadas pelo mau uso.

2. CAPITALISTAS E O CRÉDITO

A noção que envolve o termo “capitalista”, que hoje, vulgarmente indica uma categoria social e econômica definidora da pessoa que vive do rendimento de um capital, é literalmente explicitada nos finais do século XIX:

*“É capitalista (segundo a lei) e está sujeito ao imposto todo o indivíduo, pessoa moral ou sociedade que der dinheiro a prêmio a particulares ou em conta corrente em bancos ou instituições de crédito; os que fizerem transações e descontos de quaisquer espécies ou natureza, mediante caução ou hipotecas ou a desconto, sobre garantias de apólices ou títulos de personalidades jurídicas públicas, sociedades e outras corporações, sobre ações de companhias, letras hipotecárias, debêntures e semelhantes; ou segurando as operações com espécies metálicas, ouro, prata, e pedras preciosas, ou com efeitos comerciais de qualquer natureza.”*²

Reconheciam-se e eram reconhecidos como instituições creditícias, não eram apenas homens e mulheres comuns, que desempenhavam suas atividades de fazendeiro, cafeicultor, comerciante, político, proprietário, senhor de escravo ou esposa de homem de posses; eram também a instituição emprestadora de crédito de Campinas no século XIX.

*“A chegada da ferrovia representou verdadeira revolução na economia do oeste. No processo de produção, ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas”.*³

Liberou parcela do capital antes imobilizado em muare, e permitiu aproveitar diretamente na lavoura os escravos que antes dedicavam-se à tropas, com isso concorrendo poderosamente para a continuidade do processo de acumulação, numa situação de escassez dessa mão-de-obra.

² Amaral, Leopoldo. “A cidade de Campinas em 1900”, Campinas, Livro Azul, 1899, p. 324

³ SEMEGHINI, Ulysses Cidade. “Do café à indústria: uma cidade e seu tempo”. Campinas, Unicamp, 1992, p. 37-38.

No nível da circulação, não foram menos importantes as mudanças. Potencializando o intercâmbio de mercadorias, ela permitiu a diferenciação interna da economia cafeeira e a especialização produtiva, como agricultura de alimentos e a indústria; isso acelerou o fim dos grandes latifúndios tradicionais e o surgimento de verdadeiras empresas agrícolas do café.

Se a economia cafeeira se desenvolve aceleradamente, favorecida pela fertilidade da terra roxa, por uma infra-estrutura de equipamentos e benfeitorias, bem como pelo suprimento de mão-de-obra escrava e, posteriormente, colona estrangeira, além de outros fatores não menos importantes, como o capital acumulado pela economia açucareira, o treino dos fazendeiros com a comercialização e transporte do produto e a ampliação da rede de transportes pela ampliação da via férrea implantada e construção de novas estradas de ferro interligando grandes distâncias entre as cidades interioranas paulistas e o litoral do estado, onde ocorria o afluxo cafeeiro à exportação.

As ferrovias e a disseminação de máquinas de beneficiamento, reduzindo custos, aumentando a produtividade e poupando mão-de-obra, estimularam poderosamente a acumulação cafeeira. O estímulo à acumulação recolocou o problema da falta de braços à medida que se ampliava o plantil. A solução desse problema, com o afluxo de massa emigratória européia de famílias pobres, que enxergavam oportunidade de melhoria social no continente americano.

Pelo lado das relações de trabalho, outro sistema, o colonato, generalizou-se nas fazendas, evoluindo a partir de experiências de parceria.

“Para os fazendeiros, as vantagens consistiam na redução das imobilizações financeiras e do montante de juros exigidos pela compra dos escravos, justamente quando começavam a apresentar-se outras alternativas de investimento (ferrovias, empresas de serviços públicos, indústrias)”⁴.

O crescimento da produção cafeeira e do plantio, no período, foi notável. No primeiro grande surto expansivo entre 1876 e 1883, planou-se 150 milhões de novos pés; dobrando-se a capacidade produtiva existente, segundo Ulysses Cidade Semeghini.

⁴ Idem, ibidem, p. 38.

Campinas torna-se a capital agrícola da província, crescimento proporcionado pelo horizonte de expansão para o café, que foi colocado pela disponibilidade de terras e pela recuperação dos preços externos. O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867 e, da Companhia Mogyana um pouco mais tarde.

Assim, verifica-se que o capital cafeeiro tinha diversos aspectos; ele apresentava ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital comercial e do capital bancário. Esses diferentes aspectos correspondiam a diferentes funções do capital e, tendiam, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes e frações de classes diferentes: a burguesia agrária, a burguesia industrial e a burguesia comercial.

“Os grandes capitais - isto é, a camada superior da burguesia cafeeira - definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais- isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira- definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra.”⁵

Os capitalistas estudados eram o grande fazendeiro, o político, o médico, o advogado e, o comerciante de renome, que devido ao crescimento econômico e urbanização propiciados pela expansão cafeeira, diversificam suas atividades e dinamizam um antigo negócio, agregando à este a função de ser uma pessoa emprestadora de capitais.

Os proprietários rurais latifundiários continuavam com o controle da cidade, sabendo absorver o impacto da mudança que a onda de republicanismo que começa a se difundir por Campinas, e se reciclam para projetar a continuidade e compartilhar o poder com a nova elite social burguesa e republicana que se forma.

Os fazendeiros compunham um maciço grupo gerador de crédito, os grandes retornos financeiros proporcionados pelas lavouras canavieira e cafeeira no município, possibilitaram a diversificação no ramo de atividades dessas pessoas, que se tornam importantes bases criadoras de meios de pagamentos, que podem ter se

⁵ SILVA, Sérgio. *“Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”*. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

relacionado com a ampliação dos negócios, do consumo e do investimento na cidade. Muitos fazendeiros além de serem produtores agrícolas e proprietários de terras, escravos, animais e benfeitorias, desempenhavam a função de capitalistas.

Novas garantias para a concessão de crédito começam a ser adotadas; além das tradicionais hipotecas imobiliárias registradas legalmente, os credores passam a assinar letras de câmbio pagáveis, o que amplia a possibilidade de ter crédito de forma institucional a partir do capitalista, que não confia apenas em relações pessoais de laços familiares, de amizade ou compadrio e exige garantias legais de futuro pagamento.

Ao desenvolvimento agrícola, de grande acumulação proporcionada pelo café, acresce-se o desempenho do setor terciário (comércio, transportes e serviços) que irá aos poucos se diversificando e adquirindo um papel redistribuidor de rendas importante. A concentração de renda a que a cidade assiste, o refinamento e ostentação com que se apresenta a sua alta sociedade, o poder aquisitivo crescente de segmentos intermediários e até mesmo o consumo de certos artigos, que anteriormente eram restritos a certo grupo de luxo, por camadas mais amplas e populares, justificam o fluxo de mercadorias nacionais e importadas que abastecem a cidade.

Os serviços oferecidos por uma variedade de profissionais, através de consultórios, clínicas, escritórios, oficinas, ateliês, cobrem desde necessidades triviais de forte presença agrícola, como armazéns de secos e molhados onde era possível comprar gêneros alimentícios diversos e essenciais, como arroz, batatas e carne seca; até aqueles mais sofisticados, próprios de um mercado consumidor urbano exigente e de alto poder aquisitivo, como, por exemplo, ourives e negociantes de diamantes brutos e lapidados.

Construção civil, saúde, vestuário, cultura estética e moda são atendidos por uma gama de profissionais brasileiros e estrangeiros, que vão de agrimensores a professores de música, de afinadores de piano a médicos, de dentistas a alfaiates, de chapeleiros a sapateiros, de relojoeiros a padeiros, de açougueiros a leiteiros.

Enfim, a pequena cidade agrícola de séculos pretéritos, expande-se e se transforma em entreposto comercial e maior cidade agrícola da província, com uma incontável gama de serviços oferecidos à população que cresce demograficamente e enriquece.

3. CAMPINAS, DE VILA À METRÓPOLE

A primeira onda de modernidade que a cidade de Campinas recebe na segunda metade do século XIX marca e é marcada pela transição de uma ordem social senhorial escravista herdada do passado colonial, consolidada pela elite imperial, que caminhava para uma redefinição, trazendo novos valores e comportamentos à realidade da cidade.

“Com um atraso secular, que se tornou crônico na lentidão com que se reproduzia até pelo menos chegar o século XX nesta parte do Terceiro Mundo, o Brasil vive no período estudado o seu primeiro grande momento de modernidade”⁶.

Novas idéias são propostas e novos ideais são perseguidos e aceitos. Grandes mudanças qualitativas e quantitativas propagam-se em Campinas, transformando um pequeno vilarejo em uma das maiores cidades produtoras de açúcar e de café da província de São Paulo.

As mudanças qualitativas são o rompimento entre o passado e o presente, a diferenciação do velho e atrasado em prol de um novo e moderno. Os valores arcaicos, os antigos costumes e ideais vindos da Colônia, o Império escravista e a cidade vista apenas como mais uma vila agrária são constantemente abandonados em favor do modernismo. Este se faz visível nos núcleos de economia mais significantes do Brasil, principalmente, aqueles que mantêm constante contato com as informações advindas do além-mar.

Ser moderno significa ser *“republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos”⁷*, estes são os centros mundiais de industrialização e que representam o ideal a ser perseguido e seguido pelos países e regiões economicamente atrasados.

⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. “A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900”. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 17.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 19.

Mudanças quantitativas são as modificações realizadas, mas que não alteram as bases social, política e econômica da cidade. São as alterações que conservam o passado, vinculadas e subordinadas aos interesses do capital mercantil e do complexo cafeeiro, é a modernidade possível nessas condições objetivas definidas pela reprodução das estruturas agrário-mercantil-exportadora. Almejava-se a permanência do grande proprietário e da agricultura especializada no país.

É essa modernidade que Campinas importa, copia, utiliza, assimila e chega a produzir, num momento de fortes contrastes e contradições entre o conservadorismo agrícola e as referências do sistema capitalista que estava realizando e consolidando a segunda revolução industrial. São produtos europeus, formas de comportamento, linguagem, hábitos, rotinas, visão de universo, padrões, educação, costumes e disciplina que a elite aristocrática e as alta e média burguesias copiam, assimilam e conferem à própria cidade.

*“As inovações tecnológicas e científicas que chegaram à cidade são demonstradas, posteriormente, incorporadas ao seu dia-a-dia, tendo um papel decisivo, a partir de 1870, na conscientização e viabilização desse processo”*⁸. É na área em que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades, relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão os controles social e político desse espaço.

De acordo com os dados de Afonso Taunay, em sua *"Pequena História do Café no Brasil"*, enquanto no decênio de 1841-1850 a produção brasileira foi de 17 121 sacas (de 60 quilos cada), no decênio seguinte ela saltou para 26 253 sacas. A contribuição de São Paulo para esses índices já era, nessa época, de cerca de 15% do total. O porto de Santos, cuja primeira remessa de café para o exterior data de 1792, passaria a ser o primeiro centro portuário de exportação do produto durante a década de 1860.

Segundo Roberto Simonsen, as primeiras fazendas de café, tanto no Vale do Paraíba, como no interior de São Paulo, não possuíam mais do que 50 mil pés de café plantados. Aos poucos, principalmente nesta última área, surgiram fazendas que ultrapassavam a casa dos 400 ou 500 mil cafeeiros, para, mais tarde, chegarem a sobrepujar a casa dos 1100 mil pés.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 19.

O latifúndio de café seguia muito de perto o velho modelo do engenho açucareiro nordestino; tendia à auto-suficiência, com produção de bens de consumo local, baseados na agricultura de subsistência; possuía sua "casa grande", sua "senzala" que posteriormente foi substituída por "colônias" para os trabalhadores livres; suas oficinas de pequenos serviços; suas criações de animais de corte, entre outros.

O desenvolvimento das vias férreas, a partir da década de 1850 (como a São Paulo Railway, futura Santos- Jundiaí) não só diminuiu esse isolamento, como proporcionou ainda maior impulso ao café paulista, facilitando o escoamento do produto.

Nos últimos anos do século XIX, São Paulo já contribuía com quase a metade da produção global do país e as fazendas paulistas se constituíam em verdadeiras empresas no sentido moderno da palavra, com a utilização de máquinas agrícolas (arados, ventiladores, despoldadores e separadores de grãos) e com a sensível elevação do grau de divisão do trabalho, surgindo várias tarefas especializadas e aumentando a produtividade.

As duas importantes áreas de produção de café, a área que englobava a Zona Fluminense e o Vale do Paraíba de um lado, e o Oeste Paulista, de outro, apresentavam com características demasiadamente diversas.

Havia escravismo intransigente nas primeiras e tendência a substituir o trabalho escravo pelo assalariado na segunda; aplicação de métodos rudimentares e essencialmente manuais na primeira e introdução de mecanização na segunda; baixo índice de especialização na primeira e aprofundamento da divisão do trabalho na segunda; os cafeicultores fluminenses e vale-paraibanos constituindo-se em verdadeiros latifundiários tradicionais, patriarcais, semelhantes à aristocracia açucareira nordestina da época colonial, e os do oeste paulista já apresentando um tipo social mais próximo de uma burguesia agrária, empresários no sentido capitalista do termo.

Até meados do século XIX, a economia de Campinas pautava-se na produção açucareira, imensos territórios eram ocupados por engenhos escravistas. A abundância de terras e a facilidade na obtenção de mão-de-obra africana permitiam que tal atividade se mantivesse e se propagasse sem limite para o seu término.

Mas a partir de 1850, com a proibição do tráfico interoceânico de africanos, a oferta de negros em Campinas tem uma forte redução, o que encarece a utilização desse tipo de mão-de-obra.

Nas plantações de café, o cativo começa a ser substituído pela família colona de origem européia, imigrantes que vêem no Brasil uma oportunidade de fugir da fome e da miséria encontrados em seus países de origem, nações que estão em rápido processo de industrialização e que por esse motivo expulsam mão-de-obra dos campos, deixando a população que não consegue inserir-se na atividade fabril à margem da sociedade européia.

A partir da década de 1870 “consolida-se e expande-se a posição de Campinas como centro produtor cafeeiro e de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e externo, a que se acrescentam funções complexas de entreposto comercial e produção de artesanato, manufaturas e produtos industrializados, bem como de serviços, o que altera a vida da cidade”⁹.

A nova realidade campineira, uma economia orbitando em torno do café, introduz na cidade maior quantidade de capitais e a acumulação destes torna-se evidente no topo da hierarquia social predominante na cidade, cujo topo é a aristocracia agrária e a nascente burguesia urbana.

No ano de 1868, a cidade de Campinas possuía, segundo o arrolamento feito para a cobrança de imposto sobre portas e janelas, 1.373 habitações, número que em 1870, devia superar 1.400. A população de Campinas, em 1870, estava avaliada em 33.000 habitantes, localizando-se cerca de 10.000 pessoas na cidade, e o restante nas fazendas.

Desse total, cerca de 13.000 indivíduos eram livres e 20.000 eram escravos. Neste mesmo ano, Campinas já era o terceiro município com maior arrecadação de tributos da província de São Paulo, com um orçamento de 29:725\$281, sendo superada apenas pelos orçamentos de Santos, que era de 33:804\$000 e da própria capital, com 31:840\$000.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 282.

A produção agrícola de Campinas, nesse período, estava em ascensão: em 1869 a colheita foi de cerca de um milhão de arrobas de café, cifra que atingiu 1.300.000 arrobas exportadas em 1870.

Além disso, o açúcar, cultura abafada pelo café, ainda renderia anualmente 100.000\$000 ao município; já o algodão, pouco explorado, renderia cerca de 40.000\$000. Desse modo, em 1870, o valor de toda a produção local, líquido, estaria em 6:600:000\$000.

Esse cenário coloca a questão das formas de disponibilidade dos recursos destinados à produção, circulação e consumo. Era o crédito para comprar estoques e montar um negócio, quitar a hipoteca e comprar uma casa, para construir outra e obter renda, ou usufruir os serviços de médicos, advogados, comerciantes, marceneiros, vestir-se e até morrer.

“A rede de crédito funcionava baseada em relações pessoais. No caso da urbanização de São Paulo, o crédito que ia para além da sobrevivência cotidiana, para além dos mantimentos e médicos, era um instrumento fundamental na busca da estabilização e do enriquecimento”¹⁰.

Paulatinamente, cresce a importância do crédito concedido pelos comissários e pelas casas de comissão, retratos de uma economia movida pela produção cafeeira e dinamizada pelo capital mercantil a esta vinculado. As relações pessoais de empréstimos, baseadas na confiança de que o devedor quitará a dívida e em sentimentos subjetivos, como amizade e estima por aquele que “implora” crédito, continuam a existir até os dias atuais, mas começam a ser substituídas, no momento de expansão do capital mercantil ligado ao café, por modos objetivos de concessão de capital, por notas promissórias e cartas de crédito assinadas frente ao comissário. Esta personagem é um elo existente entre as formas pessoais de empréstimos assinaladas acima e as formas objetivas exercidas pelos capitalistas, nos limites da institucionalização, no final do século XIX.

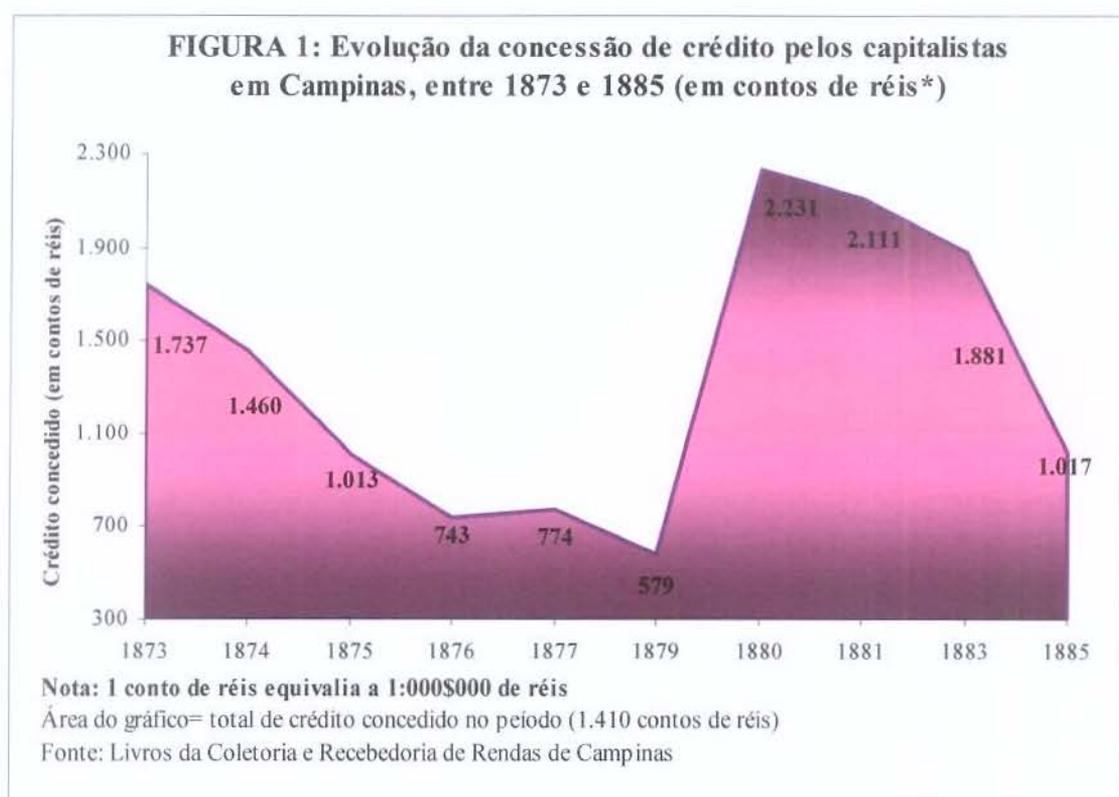
¹⁰ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, 1850-1900”. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 195.

Acompanhando a expansão cafeeira, Campinas soube aproveitar o sopro de progresso propiciado pela acumulação de capital nas mãos daqueles que organizavam as atividades no complexo econômico cafeeiro. Estes são os responsáveis pelo recrudescimento urbano do município, que se torna possível pela concentração de recursos monetários, que possibilitou os aumentos da produção e dos capitais por esta gerados.

4. CAPITALISTAS ATUANTES EM CAMPINAS

De acordo com os registros do recebimento do imposto sobre capitalistas, descrito pelo coletor da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas José Rodrigues Ferrás do Amaral, foram recebidos 27:078\$000 réis (mais de 27 contos de réis) por este órgão em tributação sobre o movimento de crédito pelos capitalistas no período entre 1873 e 1884. O imposto cobrado correspondia à cerca de 0,2% do montante do empréstimo concedido (vide *foto digital 3*, no anexo).

Desse modo, infere-se que o total de crédito proporcionado pelos capitalistas foi de, aproximadamente, 13.544:000\$000 réis no período (ou seja, mais de 13 mil contos de réis).



Na *tabela 1*, estão arrolados todos os capitalistas que coletaram imposto sobre empréstimos realizados entre 1873 e 1884, pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Esses dados mostram que o montante de recursos por eles disponibilizado correspondia a uma importante fonte de crédito numa Campinas em plenos processos de modernização e de expansão econômica, propiciados pela acumulação de capitais provenientes do café.

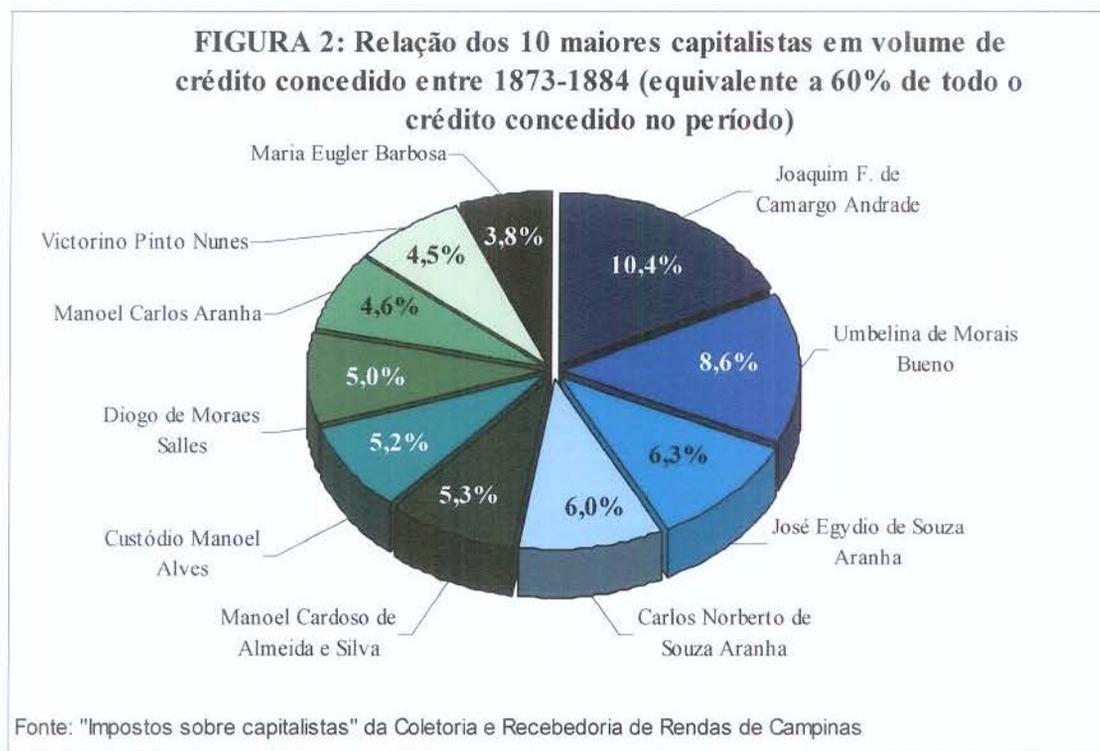
TABELA 1: Movimento de crédito pelos capitalistas de Campinas, entre 1873-1884

Ranking	Capitalista	Imposto pago (réis)	Crédito concedido (réis) *
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	2: 820 \$000	1. 410: 000 \$000
2	Umbelina de Moraes Bueno (Dona)	2: 340 \$000	1. 170: 000 \$000
3	José Egydio de Souza Aranha	1: 720 \$000	860: 000 \$000
4	Carlos Norberto de Souza Aranha (Doutor)	1: 632 \$000	816: 000 \$000
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	1: 440 \$000	720: 000 \$000
6	Custódio Manoel Alves	1: 417 \$200	708: 600 \$000
7	Diogo de Moraes Salles	1: 360 \$000	680: 000 \$000
8	Manoel Carlos Aranha	1: 240 \$800	620: 400 \$000
9	Victorino Pinto Nunes	1: 220 \$000	610: 000 \$000
10	Maria Eugler Barbosa	1: 020 \$000	510: 000 \$000
11	Isidoro Marques Ferás do Amaral (Major)	1: 0000 \$00	500: 000 \$000
12	Pedro Egydio de Souza Aranha	840 \$000	420: 000 \$000
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	766 \$000	383: 000 \$000
14	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	672 \$000	336: 000 \$000
15	Antônio Carlos de Salles	625 \$000	312: 500 \$000
16	Francisco Paulino de Moraes	600 \$000	300: 000 \$000
17	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	570 \$000	285: 000 \$000
18	Francisco de Camargo Penteado	486 \$000	243: 000 \$000
19	Irmãs de Nogueira Santos	480 \$000	240: 000 \$000
20	Paulino Venâncio da Rosa	414 \$000	207: 000 \$000
21	Avelino Antero de Almeida Valente	390 \$000	195: 000 \$000
22	Joaquim do Amaral Camargo	330 \$000	165: 000 \$000
23	Bento Augusto de Almeida Bicudo (Capitão)	300 \$000	150: 000 \$000
24	Herculano Augusto de Pádua e Castro (Doutor)	288 \$000	144: 000 \$000
25	José Pedroso de Moraes Salles	280 \$000	140: 000 \$000
26	Francisco Pompeu do Amaral	255 \$000	127: 500 \$000
27	Joaquim do Amaral Camargo (Herança de)	240 \$000	120: 000 \$000
28	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	240 \$000	120: 000 \$000
29	Alma Francisca de Amorim	150 \$000	75: 000 \$000
30	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150 \$000	75: 000 \$000
31	Francisca das Dores Coutinho (Dona)	140 \$000	70: 000 \$000
32	Jorge Krug	140 \$000	70: 000 \$000
33	José Paulino Nogueira	140 \$000	70: 000 \$000
34	Thereza Michelinia do Amaral Pompeo (Dona)	140 \$000	70: 000 \$000
35	João Baptista Novaes	120 \$000	60: 000 \$000
36	Joaquim Celestino de Almeida Soares	120 \$000	60: 000 \$000
37	Lois Egydio de Souza Aranha	120 \$000	60: 00 \$0000
38	Alda Brandina de Camargo (Dona)	110 \$000	55: 000 \$000
39	Constâncio Antunes da Silva	100 \$000	50: 000 \$000
40	João Manoel de Almeida Barbosa	96 \$000	48: 000 \$000
41	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga (Dr.)	72 \$000	36: 000 \$000
42	Francisco Augusto Pereira da Silva (Doutor)	72 \$000	36: 000 \$000
43	Vicente Maria de Paula Lacerda	72 \$000	36: 000 \$000
44	Antônio Joaquim Gomes Tojal	60 \$000	30: 000 \$000
45	Diogo Benedito dos Santos Prado	60 \$000	30: 000 \$000
46	José de Abreu Soares	60 \$000	30: 000 \$000
47	Antônio Egydio de Souza Aranha	54 \$000	27: 000 \$000
48	Francisco de Gouveia Pinto	54 \$000	27: 000 \$000
49	José de Paula Souza	48 \$000	24: 000 \$000
50	Amador Bueno de Floures	6 \$000	3: 000 \$000
51	Antônio Pompeu de Oliveira	6 \$000	3: 000 \$000
52	Francisco Alves de Almeida Salles	6 \$000	3: 000 \$000
53	Pedro José de Oliveira	6 \$000	3: 000 \$000
TOTAL		27:088 \$000	13. 544: 000 \$000

Nota: * O imposto pago à *Coletoria de Rendas de Campinas* equivalia a 0,2% do valor da transação

Segundo dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas para os anos entre 1873 e 1884, 53 capitalistas coletaram impostos sobre o movimento de crédito que eles realizaram no período; um número ponderável e que sugere que não se trata de uma atividade pessoal e limitada a alguns indivíduos.

Dentre os capitalistas arrolados, destaca-se a Agência do Banco Mercantil de Santos, por ser a única pessoa jurídica listada como capitalista e que concedeu 383:000\$000 réis em empréstimos no período analisado. O grupo de 52 capitalistas restantes era constituído por pessoas físicas, que além de desempenharem atividades econômicas diversas também atuavam no sistema institucional de crédito. A partir desses dados, verifica-se que a atividade institucionalizada de prestador de capitais era desempenhada por pessoas comuns, era o grande fazendeiro, o negociante, o médico, o advogado, que tinham dinheiro sobrando e o colocavam em circulação na economia campineira mediante o crédito.



É importante notar que, enquanto os dez maiores capitalistas em relação ao volume de crédito emprestado, corroboraram com quase 60% do total de crédito no período; os 26 menos atuantes foram os responsáveis por apenas 10% do montante concedido, conforme a *figura 2*, que mostra a participação deste restrito grupo em relação ao montante de crédito fornecido por todos os capitalistas analisados.

4.1. OS DEZ MAIORES CAPITALISTAS DE CAMPINAS

Aos lucros gerados pelo café e à nova camada dominante que se configurou neste contexto outros ritmos somaram-se ao cotidiano da cidade, com a diversificação do quadro ocupacional, a transformação lenta das relações de trabalho e a agilização dos deslocamentos através das estradas de ferro.

A presença marcante do item Dívida Ativa nos inventários do município de Campinas analisados e citados na bibliografia, reafirma o quadro cujas linhas são traçadas na pesquisa: ao lado do crédito institucionalizado, marcado tradicionalmente pela figura do comissário, que financiava o cafeicultor, encontra-se uma camada de capitalistas, que não se confundem necessariamente com a de comerciante, visto que aqueles desempenhavam outras atividades conjuntamente com o empréstimo de capitais a juros.

No momento em que o tomador de crédito assumia a dívida, ele também assumia o compromisso de quitá-la no futuro, conjuntamente com os juros. A taxa de juros aplicada variava em decorrência do intervalo de tempo de duração do empréstimo, e do colateral apresentado pelo tomador, que quanto maior e mais seguro fosse, menor tendia a ser a taxa de juros requerida, pois o risco de inadimplência reduzia-se.

Como já foi citado, os dez maiores capitalistas foram os responsáveis pela concessão de 60% de todo o crédito de Campinas no período analisado. Mas quem são estas pessoas; o que a biografia delas nos diz; quais eram suas principais atividades econômicas paralelas à ação capitalistas, eram políticos, comerciantes, fazendeiros escravistas, profissionais liberais, médicos, doutores da leis; possuíam laços de parentesco entre eles; atuavam como capitalistas em todos os anos ou apenas concederam dinheiro a um familiar ou amigo, em determinado ano, num fato pontual?

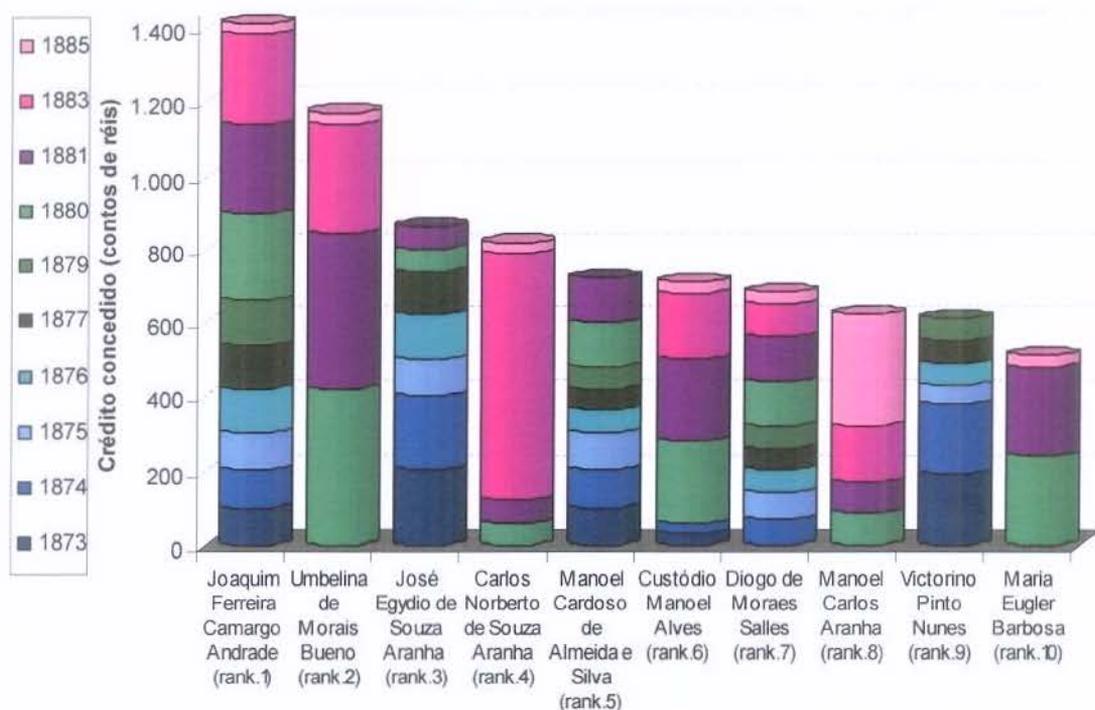
A *figura 3* mostra que a maior parte dos capitalistas analisados neste capítulo (grupo dos 10 maiores concessionários) atuavam de forma sistemática como máquina de fornecimento de liquidez para o sistema capitalista campineiro.

Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, o maior capitalista arrolado, atuou em todos os anos analisados, fornecendo crédito nos 10 anos contábeis, segundo os documentos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Assim, ele foi a pessoa que mais concedeu crédito e simultaneamente a que em mais períodos consecutivos atuou, segundo os documentos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.

Em seguida aparecem Diogo de Moraes Salles, Manoel Cardoso de Almeida e Silva e José Egydio de Souza Aranha, que constam como capitalistas em nove, oito e sete anos respectivamente.

Já Custódio Manoel Alves e Victorino Pinto Nunes atuaram em seis anos do período e Umbelina de Moraes Bueno, Carlos Norberto de Souza Aranha e Manoel Carlos Aranha atuaram em quatro anos.

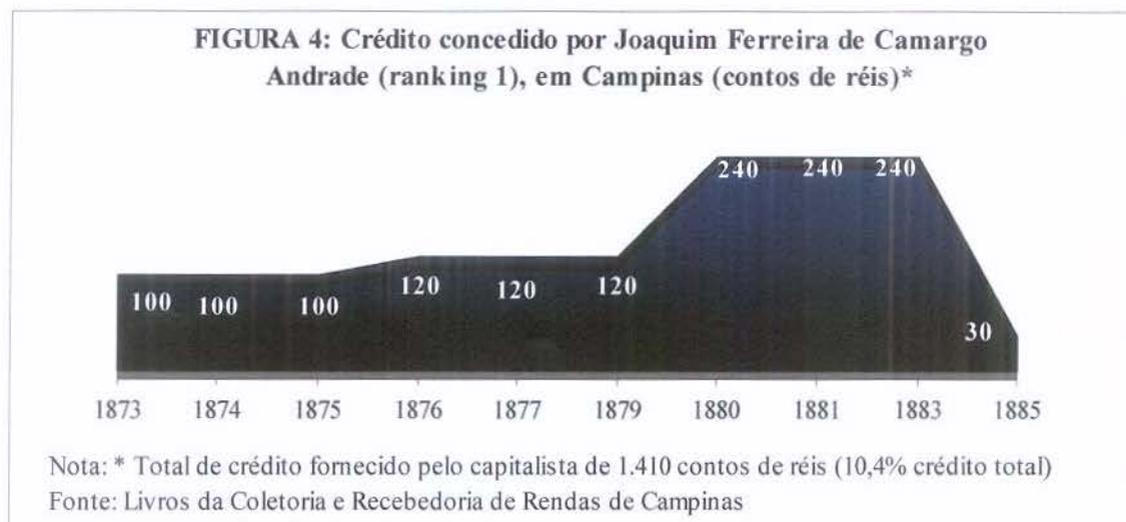
FIGURA 3: Crédito concedido pelos 10 maiores capitalistas de Campinas, no período entre 1873 e 1885, separados por ano de concessão do empréstimo.



Fonte: Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

JOAQUIM FERREIRA DE CAMARGO ANDRADE (RANKING 1)

Foi maior fornecedor de crédito no período; foi responsável pelo empréstimo de 1.410 contos de réis, equivalente a 10,4% do total de crédito verificado, e podemos verificar na *figura 4*, que este capitalista atuava sistematicamente em quase todos os anos estudados.



Coletou tributos sobre capitais em todos os anos analisados, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1883 e 1885) nos respectivos valores de 200\$000, 200\$000, 200\$000, 240\$000, 240\$000, 240\$000, 480\$000, 480\$000, 480\$000 e 60\$000 totalizando 2:820\$000 destinado à Coletoria e Recebedoria de Rendas. Este valor equivalia ao empréstimo de 1.410 contos de réis.

Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, agraciado com o título de Barão de Ibitinga pelo decreto de 07 de maio de 1887, integrava a família Ferreira Penteadado, estabelecida em São Paulo, que começou com a união dos dois sobrenomes importantes, por meio do casamento do Capitão Inácio Ferreira de Sá com Delfina de Camargo Penteadado, em 1807.

O Barão de Ibitinga, como também era chamado, era filho de Joaquim Ferreira Penteadado (Barão de Itatiba) e de Francisca de Paula Camargo (filha do capitão-mor Floriano de Camargo). Foi batizado em 30 de novembro de 1832 em Campinas, SP e faleceu a 21 de outubro de 1915 na mesma cidade.

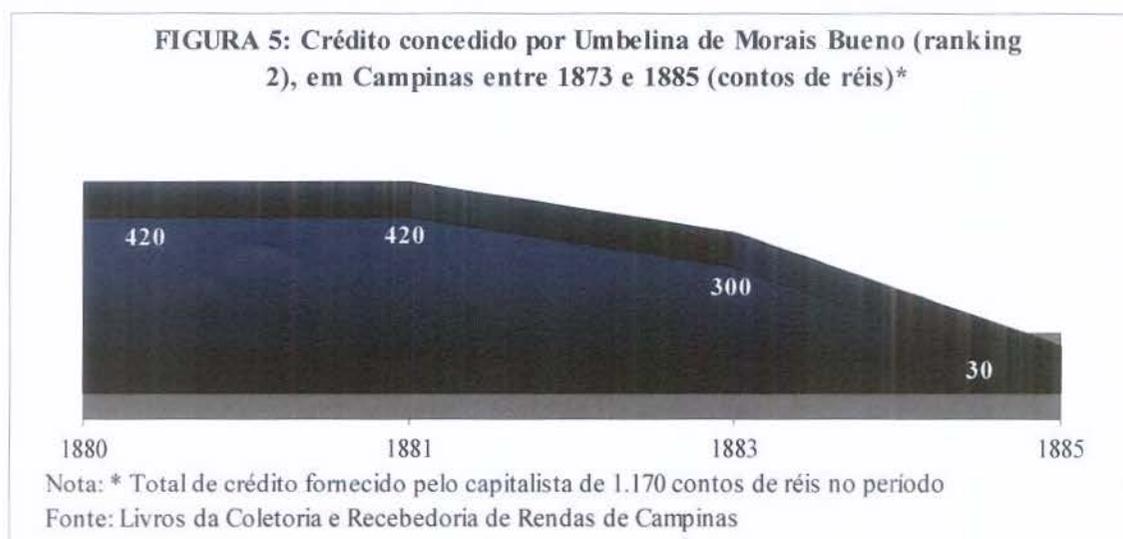
Abastado proprietário urbano e rural casou-se duas vezes: a primeira, em 1856 em Limeira-SP com Cândida Marcolina Franco, que faleceu no dia de seu 24º aniversário, em primeiro de fevereiro de 1866.

O segundo casamento ocorreu em 1867, em Pirassinunga, SP, com Maria Higina Alves de Lima, nascida em 1833 em Limeira, SP e falecida em 1902 em Campinas-SP, agraciada com o título de Baronesa de Ibitinga. Ela era viúva do Dr. Carlos Leite Penteado e integrante da importante família Alves de Lima, de São Paulo.

UMBELINA DE MORAIS BUENO (RANKING 2)

Foi a responsável pela concessão de 1.170 contos de réis, equivalente à 8,6% de todo o capital disponibilizado pelos capitalistas no período analisado. É também uma das poucas senhoras que aparecem alocadas como “instituições” recolhedoras de imposto sobre capitais.

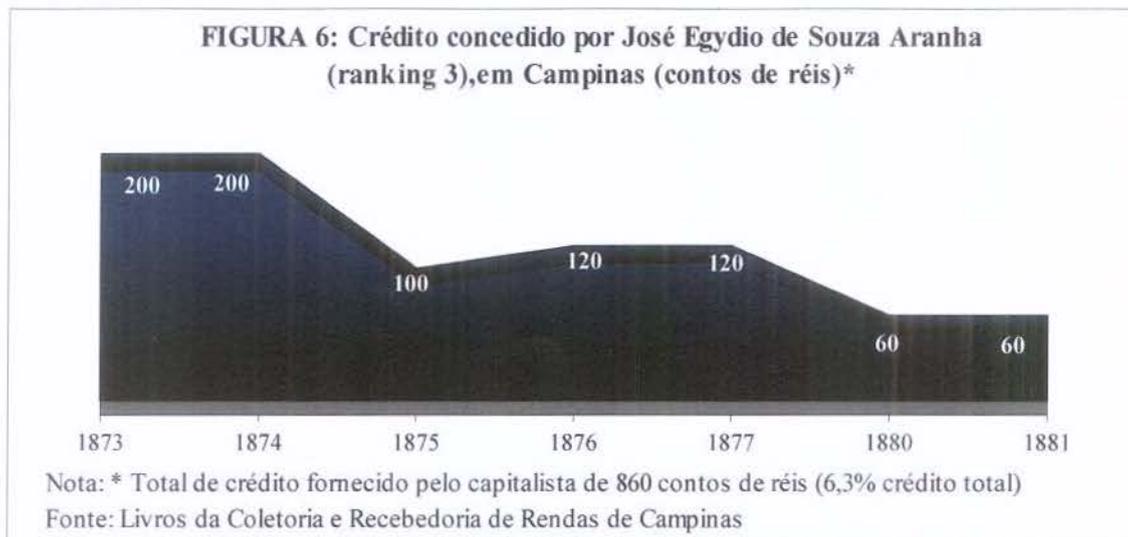
Com a *figura 5*, é possível notar que Umbelina teve grande importância para o crédito campineiro entre os anos 1880 e 1883, sendo que ela disponibilizou 1.140 contos de réis em apenas três anos de atuação. Demonstra, que embora ela não tenha coletado tributos na década de 1870; na seguinte ela foi uma das pessoas creditícias de maior relevância.



Dos 53 capitalistas arrolados, apenas 8 deles são formados pelo gênero feminino (Umbelina, Maria Engler Barbosa, Irmãs de Nogueira Santos, Alma Francisca de Amorim, Flávia Francisca de Andrade, Francisca das Dores Coutinho, Thereza Michelina do Amaral Pompeo e Alda Brandina de Camargo).

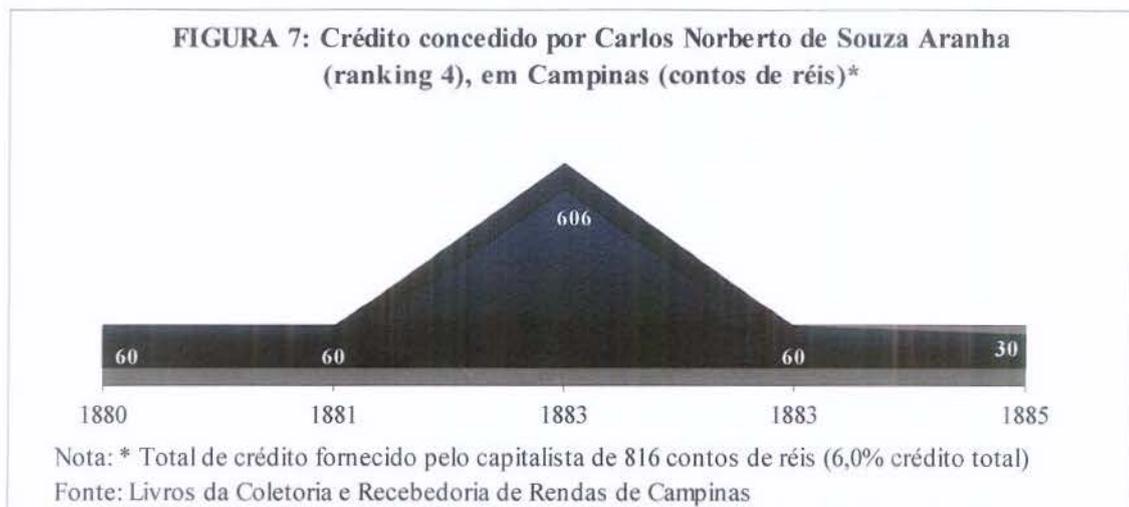
JOSÉ EGYDIO DE SOUZA ARANHA (RANKING 3)

Recolheu 1:720\$000 de imposto sobre capitalistas, o que equivale ao montante de 860 contos de réis, segundo a Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Na *figura 6* vê-se que ele atuou em sete anos, emprestando, em média, 123 contos de réis anualmente.



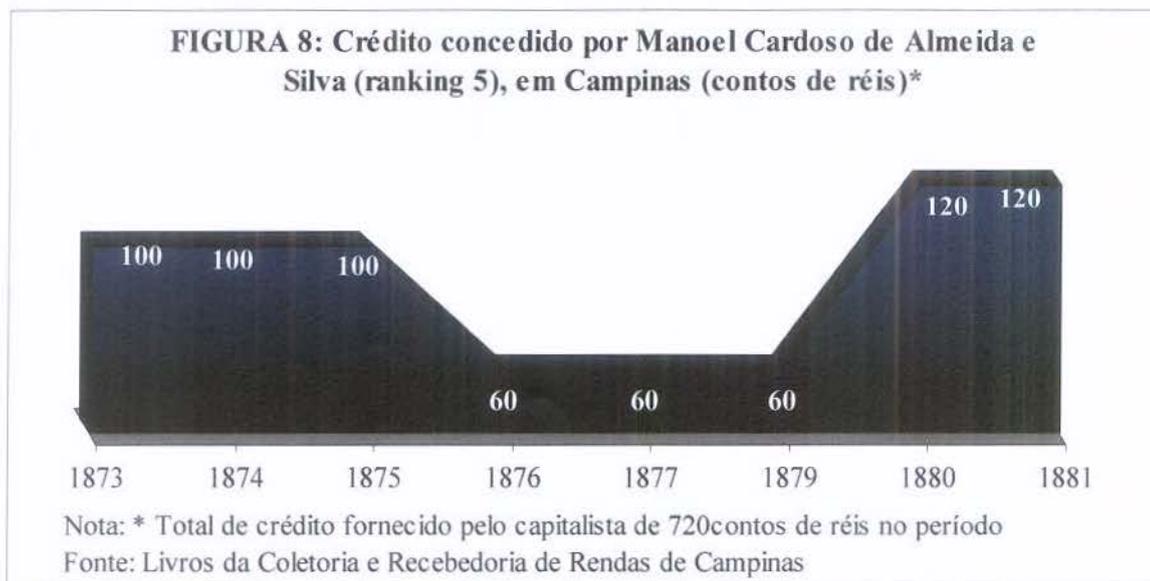
CARLOS NORBERTO DE SOUZA ARANHA (RANKING 4)

Carlos Norberto de Souza Aranha era filho de Manuel Carlos Aranha, primeiro e único barão de Anhumas. Foi um grande fazendeiro brasileiro que cultivava café na região de Campinas, cuja mais famosa propriedade foi a Fazenda Pau d' Alho. Entre 1873 e 1884, Carlos Norberto de Souza Aranha coletou 1:632\$000 réis, enquanto seu pai, também capitalista coletou apenas 1:240\$000.



MANOEL CARDOSO DE ALMEIDA E SILVA (RANKING 5)

Pode-se ver, *na figura 8*, que Manoel Cardoso recolheu tributos sobre capitais em todos os anos compreendidos entre 1873 e 1881, no montante de 1:240\$800, o que equivalia ao empréstimo total de 720 contos de réis.

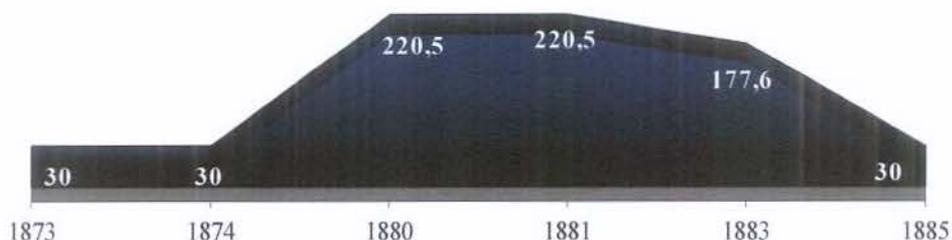


CUSTÓDIO MANOEL ALVES (RANKING 6)

Custódio Manoel Alves, nascido em 4 de março de 1835 e falecido em 29 de janeiro de 1904. Conjuntamente com Bento Quirino, Rafael Sampaio e outros, foi fundador do Clube Cultural de Campinas. Durante muitos anos fez parte da diretoria da Empresa Theatro São Carlos e da Companhia Ramal Férreo Campineiro. Em companhia do Barão de Ataliba desempenhou cargos de na diretoria da Companhia Mogiana, tendo sido também um dos dirigentes da antiga Companhia de Iluminação a Gás. Na esfera da atividade pública, realizou o levantamento da sua primeira planta topográfica do município de Campinas, nos anos 1840, trabalho que por muitos anos serviu de guia aos técnicos e engenheiros civis da cidade. .

Coletou tributos sobre capitais em 1873, 1874, 1880, 1881, 1883 e 1885, realizado no intervalo temporal analisado, conforme *figura 9*. sendo que os maiores valores são verificados nos anos do meio do intervalo (média de 200 contos de réis anuais em fornecimento de crédito), e nos dois primeiros e no último ano, ele concedeu apenas 30 contos anuais.

FIGURA 9: Crédito concedido por Custódio Manoel Alves (ranking 6), em Campinas, em Campinas (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 708,6 contos de réis (5,2% crédito total)

Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Segundo seu inventário, de 1904, o orçamento compunha-se de 99:393\$909 partilháveis. Dentre os ativos destacam-se fazendas avaliadas em 192:172\$600, cafezais de 4:988\$810 e ações das Companhias de Gás e do Ramal Férreo Campineiro, nos respectivos valores de 57:960\$000 e 1:600\$000, além de ações do Teatro São Carlos, avaliadas em 200\$000.

A conta de passivo desse capitalista, no momento de sua morte, compunha-se de 314:462\$616 a ser recebido da seguinte forma: 143:894\$550, de Dona Ercilla Alves Pinto; 141:179\$782, de Dona Anna Alves Pinto; 11:749\$100, de José Manoel Godoy Barreto; 8:200\$689, de Júlio Marechi; 4:261\$691, de Raphael Andrade Duarte; 3:708\$358, de Sílvio Alves Pinto; e 453\$444, de José Manoel Godoy Barreto.

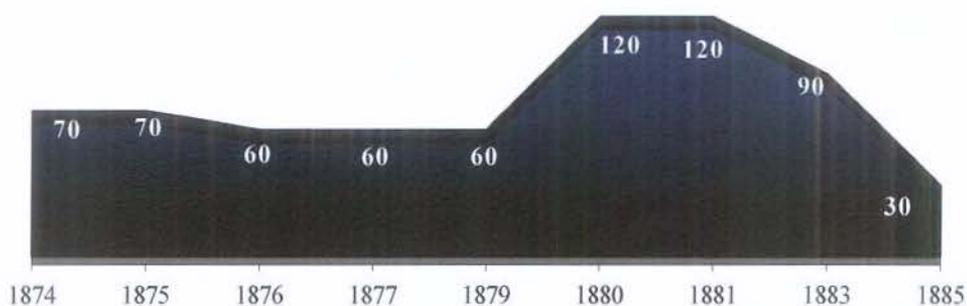
DIOGO DE MORAES SALLES (RANKING 7)

Diogo de Moraes Salles, cafeicultor na cidade de Campinas que, como muitos outros, diversificou suas atividades com o empréstimo de capitais a juros, nos limites da institucionalização.

Segundo seu inventário, de 1871, há a relação de ativos totais no valor de 194:610\$250, compostos por: terras e cafezais avaliados em 189:005\$500, móveis em Campinas estimados em 1:237\$000; ações do Theatro São Carlos, no valor de 400\$000 e 3:967\$750 de dinheiro em posse da inventariante Gabriela Coutinho Alves

Encontra-se a lista de devedores ativos, que devem recursos à herança de Diogo de Moraes Salles, os devedores são: Julio César Cerqueira Leite que devia 2:273\$193; Odovico Ferreira de Camargo, que comprou uma fazenda do falecido, e por esse motivo devia à família deste o montante de 140:000\$000 réis; José Pedroso de Moraes Salles, que assinou uma letra de juros ao adquirir crédito com Moraes Salles, e assim devia a quantia de 17:340\$000 réis. Assim, o total a receber pela família do falecido era de 159:613\$193.

FIGURA 10: Crédito concedido por Diogo de Moraes Salles (ranking 7), em Campinas (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 680 contos de réis (5,0% crédito total)

Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

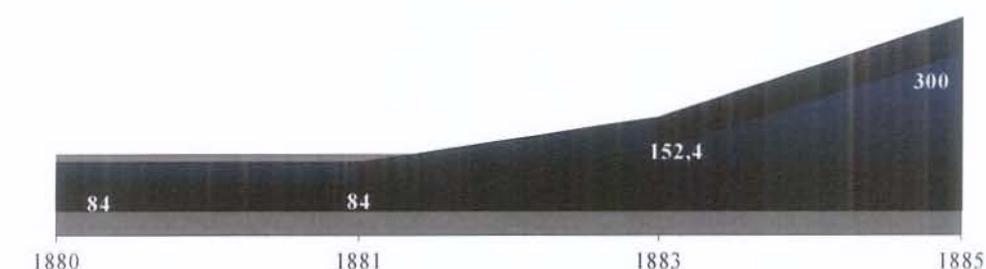
MANOEL CARLOS DE SOUZA ARANHA (RANKING 8)

Manoel Carlos de Sousa Aranha, primeiro e único Barão de Anhumas, (Ponta Grossa, 18 de setembro de 1814 e, São Paulo, 28 de janeiro de 1894), também agraciado com os títulos de Capitão da Guarda Nacional e de Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo.

Foi um grande fazendeiro brasileiro, que cultivava café na região de Campinas em propriedades como a Fazenda Pau d' Alho, com 300 mil pés de café e cuja arquitetura da sede é de autoria de Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O Barão e Baronesa de Anhumas foram também proprietários da Fazenda Anhumas, Fazenda Santa Cândida e Fazenda Rio da Prata. Ele faleceu em São Paulo, para onde tinha transferido residência por motivo da grave epidemia de febre amarela que assolou Campinas.

Foi um dos maiores proprietários de terras de Campinas e emprestou elevada soma para a construção das estradas de ferro Mogiana e Paulista. Foi acionista de empresas de melhoramentos urbanos em Campinas e grande benemérito do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora. Também foi investidor das Companhias Ferroviárias Mogiana de Estrada de Ferro e da Paulista, além de ter doado generosa quantia para a construção do Liceu de Artes e Ofícios de Campinas e da Catedral de Campinas.

FIGURA 11: Crédito concedido por Manoel Carlos Aranha (ranking 8), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*



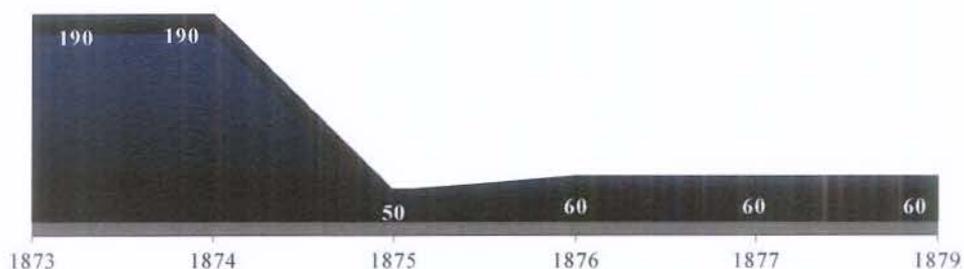
Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 620,4 contos de réis no período

Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

VICTORINO PINTO NUNES (RANKING 9)

Vitorino Pinto Nunes era um dos maiores acionistas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, com 305 ações em 1872, além disso, possuía 9 imóveis na cidade. No período analisado pela pesquisa, ele emprestou 5:083\$333 réis a juros, tornando-se o nono capitalista com maior volume de empréstimo. Em 1881, ano de sua morte, havia 611:223\$967 em passivos a serem recebidos pelos herdeiros.

FIGURA 12: Crédito concedido por Victorino Pinto Nunes (ranking 9), em Campinas (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 610 contos de réis (4,3% crédito total)

Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

O inventário deste capitalista tem detalhes extraordinários para análise dos devedores, deste. Embora não constem os contratos de aquisição dos empréstimos, há a relação dos nomes dos devedores e o montante de recursos que aqueles deviam à família do finado.

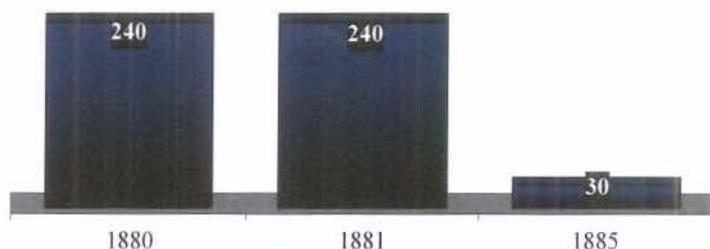
TABELA 2: Relação de bens iorçamentados de Victorino Pinto Nunes segundo o seu inventário (datado de 1881)		TABELA 3: Relação de devedores Victorino Pinto Nunes e do montante da dívida, segundo o seu inventário	
Bens inventariados	Valor (réis)	Devedores	Dívida (réis)
Bens diversos		Mendes Quirino Pinto	239: 286 \$776
25 contas em banco	60: 000 \$000	Antônio Pedro de Godoy Morêra	47: 965 \$765
2 casas com terreno	27: 000 \$000	José Henrique Alves	36: 720 \$087
Ações da Companhia de iluminação à Gás	6: 160 \$000	Joaquim Celesteiro de Abreu Soares	34: 615 \$520
Raiz		José de Campos Salles	33: 528 \$770
Casa – Rua Direita, número 34	25: 000 \$000	Custódio Manoel Alves	28: 386 \$341
Casa – Rua Formejão, número 85	20: 000 \$000	José Manoel de Castro	22: 404 \$341
Casa – rua Lerzeitarra	11: 000 \$000	Joaquim Pinto de oliveira Nunes	18: 543 \$972
Terreno – Rua do Comércio, número 104	10: 000 \$000	Francisco Soares de Abreu	16: 634 \$475
Casa – Rua Regente Feijó, número 124	5: 000 \$000	Francisco de Camargo Penteado	14: 986 \$054
Casa – Rua Regente Feijó, número 46	4: 500 \$000	Floriano Antônio de Moraes	14: 968 \$255
Terreno – Rua Regente Feijó	4: 000 \$000	José Rodrigues do Prado	12: 647 \$363
Casa – Rua Regente Feijó, número 126	2: 000 \$000	Antônio Benedicto Moraes Teixeira	12: 228 \$641
Terreno – Rua Regente Feijó	2: 000 \$000	Dr. Augusto Xavier Bueno de Andrade	11: 635 \$972
Casa – Rua Regente Feijó (herança)	2: 000 \$000	Antônio Alves de Lima	8: 893 \$578
Prata e ouro:		Cassiano Mayer	8: 094 \$773
Aparelho de prata	455 \$850	Bento Bicudo de Almeida	8: 052 \$916
Cofre de ferro	270 \$000	Antônio Carlos de Almeida Bicudo	6: 625 \$875
6 castiçais de prata	218 \$400	Antônio Manoel de Arruda	5: 354 \$166
Relógio com corrente de ouro	200 \$000	Joaquim Ferreira Zimbres de Queirós	4: 407 \$916
Alfinete de brilhantes	150 \$000	José da Silveira Franco Damaria	4: 312 \$000
Bandejinhas de prata	68 \$600	Diogo Leite Penteado	4: 142 \$847
Broche	50 \$000	Francisco Monteiro de Carvalho e Silva	3: 186 \$176
Salsa pequena de prata	44 \$150	João de Souza Camargo	3: 028 \$282
Objetos de prata	39 \$120	Francisco Bueno de Lacerda	2: 368 \$666
Colheres de parta	32 \$200	João Baptista passos	1: 668 \$530
Bengala	20 \$000	Francisco Ferreira de Mesquita	1: 531 \$123
1 par de esporas de prata	17 \$280	Manoel Soares Pompêo	1: 089 \$666
Colheres (de sopa) de prata	12 \$000	Joaquim do Amaral Camargo	304 \$200
1 pé de espora de prata	5 \$520	Antônio Ortiz de Camargo	154 \$914
TOTAL	180:243\$120	Total	607:767\$960

Fonte: Inventário doado pelo Tribunal de Justiça de Campinas, datado de 15 de novembro de 1881

MARIA ENGLER BARBOSA (RANKING 10)

Esta capitalista concedeu apenas crédito em três dos dez anos pesquisados, sendo 240 contos anuais em 1880 e 1881 e apenas 30 contos em 1885. Depreende-se que, apesar de ela ocupar a décima posição como capitalista que mais emprestou capitais no período pesquisado, o grande montante do volume de crédito por ela disponibilizado foi concentrado num curto intervalo de tempo, o que pode ter sido corroborado por ações pontuais de grande soma de recursos e não de ações sistemáticas e repetidas, como outros capitalistas arrolados.

FIGURA 13: Crédito concedido por Maria Eugler Barbosa (ranking 10), em Campinas entre 1873 e 1885 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 510 contos de réis no período

Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

5. ATIVIDADE ECONÔMICA DOS CAPITALISTAS

Para o arrolamento das informações sobre as atividades econômicas desempenhadas pelos capitalistas estudados, conjuntamente com empréstimo de recursos a juros, foram analisados os inventários destes, doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas ao Centro de Memória da Unicamp, e disponibilizados por este para consulta.

Foram analisados vinte e dois inventários de capitalistas atuantes no período e que coletaram impostos. Apesar de arrolarmos que 53 capitalistas atuaram no período, apenas foi possível analisar a vida de vinte e quatro deles, devido à limitações de fontes (inventários de apenas parte dos capitalistas, Almanques para Campinas e jornais de Campinas dos fins do século XIX).

O Centro de Memória da Unicamp não possui os inventários de todos os capitalistas, mas possui de quase metade deles, doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). A partir dessa documentação e de informações obtidas nos “*Almanques para Campinas*”, “*Diário de Campinas*” e “*Gazeta de Campinas*” descritas nas referências, que se segue este sub-capítulo.

Do total de 53 capitalistas que recolheram impostos no período ente 1873 e 1884, foram arroladas informações biográficas de 24 indivíduos através da análise de seus inventários e de jornais descritos nas referências; constando-se que 17 eram fazendeiros; 4 atuavam no setor de serviços; 2 possuíam negócios diversos, ora se classificavam como fazendeiros e proprietários rurais, ora como negociantes; e 1 era um banco, a Agência do Banco Mercantil de Santos.

A *figura 14* mostra o crédito agregado concedido pelos 24 capitalistas cujas biografias foram analisadas a partir de seus inventários; classificados segundo a atividade econômica principal por eles desempenhada. Esse rol foi o responsável pelo empréstimo de 7.172 contos de réis no período abrangido pela pesquisa, ou seja, 53,0% de todo o capital concedido pelo grupo dos 53 capitalistas identificados nos livros da Coletoria e recebedoria de Rendas de Campinas (13.544 contos de réis).

Já a *figura 15* mostra o número absoluto de capitalistas segundo a principal atividade econômica que eles desempenhavam. A partir desses dados, compreende-se que 70,8% (17 capitalistas) eram majoritariamente fazendeiros, em sua maioria cafeicultores e o capital por eles disponibilizado em Campinas no período analisado foi essencial para ampliar o investimento e o consumo na cidade.



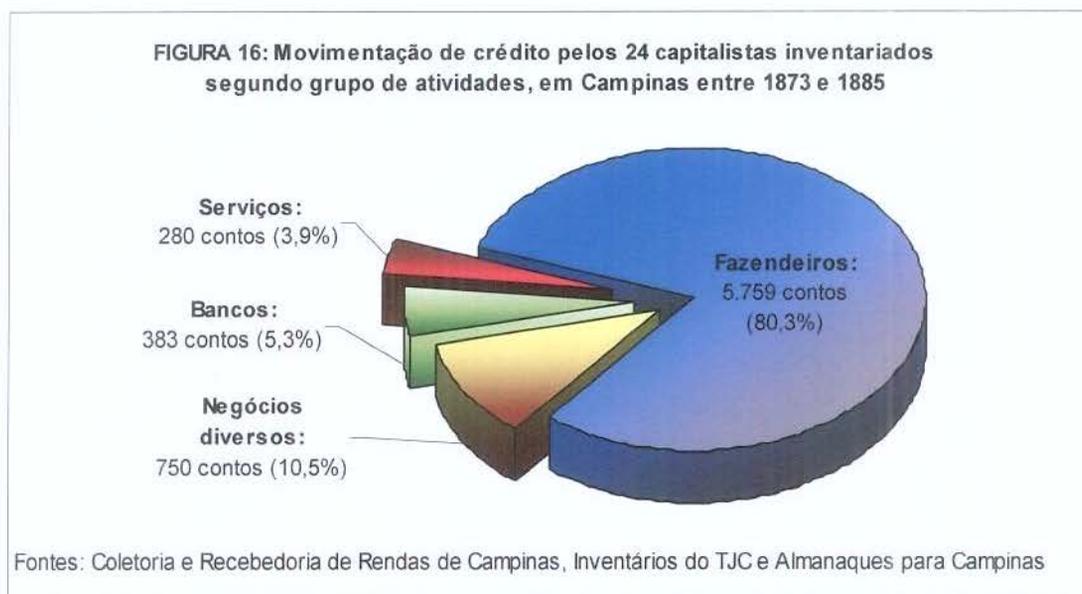
O café era uma importante fonte de renda na Campinas do final do século XIX, e propiciou uma acumulação excepcional de capitais, que permitiram tanto o fortalecimento da indústria, o nascimento da ferrovia paulista, quanto o movimento de crédito que estamos estudando. Mas não apenas de fazendeiros era composto o grupo de capitalistas; 16,7% (4 capitalistas) incluíam-se no ramo de serviços, eram médicos, farmacêuticos, comerciante, etc; 8,3% (2 capitalistas) apresentavam-se em negócios diversos e 4,2% (1 capitalista) era a Agência do Banco Mercantil de Santos, a única pessoa jurídica dentre o rol estudado.

À medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização, esse sistema encontra limites para sua expansão. Essa alta produtividade das terras paulistas, aumentando as margens de lucro da cafeicultura, passa a exigir a ocupação de novas terras, com a formação de novos plantios.

Entretanto, essa expansão da fronteira agrícola em direção ao interior é limitada pela distância com os centros consumidores e exportadores da mercadoria e pelas dificuldades de transporte até estes locais. A superação desse obstáculo só viria com a formação do sistema ferroviário paulista.

A expansão ferroviária, talvez o elemento mais importante do complexo cafeeiro do Oeste Paulista, teve sua maior fase de crescimento nas décadas de 1879 e 1880. *“Provavelmente, pelo menos parte do capital aplicados nas ferrovias dessa região deve ser saído diretamente da cafeicultura, representando assim uma nova oportunidade de inversão para o capital cafeeiro.”*¹¹

Os cafeicultores não apenas propiciaram o surgimento e ampliação da ferrovia paulista, eles também dinamizaram o crédito ao consumo e ao investimento em Campinas, como podemos depreender na figura 16, que mostra que 80% do crédito concedido pelos capitalistas inventariados, provinha de pessoas ligadas diretamente com a produção rural, em sua maioria com a cafeicultura.



Na tabela 2 é possível visualizar o movimento de crédito por esse rol de 24 capitalistas inventariados em Campinas, no período entre 1873 e 1885. Notar a grande importância dos fazendeiros, que corroboraram com 80,3% dos empréstimos desta amostragem.

¹¹ CANO, Wilson. *“Raízes da concentração industrial em São Paulo”*. 3ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1990, p. 41

TABELA 4: Classificação dos 24 capitalistas que tiveram inventários analisados, segundo principal atividade econômica desempenhada; e movimento de crédito por estes entre 1872-1885

ranking	Capitalista	Imposto pago (réis)	Crédito concedido (contos) *	% sobre o total de crédito
Fazendeiros		11.518.000	5.759	80,30%
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	2.820.000	1.410	19,66%
4	Carlos Norberto de Souza Aranha	1.632.000	816	11,38%
6	Custódio Manoel Alves	1.417.200	709	9,88%
7	Diogo de Moraes Salles	1.360.000	680	9,48%
8	Manoel Carlos Aranha	1.240.800	620	8,65%
14	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	672.000	336	4,68%
16	Francisco Paulino de Moraes	600.000	300	4,18%
17	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	570.000	285	3,97%
18	Francisco de Camargo Penteado	486.000	243	3,39%
33	José Paulino Nogueira	140.000	70	0,98%
34	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	140.000	70	0,98%
38	Alda Brandina de Camargo	110.000	55	0,77%
40	João Manoel de Almeida Barbosa	96.000	48	0,67%
41	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	72.000	36	0,50%
45	Diogo Benedito dos Santos Prado	60.000	30	0,42%
47	Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	27	0,38%
49	José de Paula Souza	48.000	24	0,33%
Negócios diversos		1.500.000	750	10,46%
9	Victorino Pinto Nunes	1.220.000	610	8,51%
25	José Pedroso de Moraes Salles	280.000	140	1,95%
Banco		766.000	383	5,34%
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	766.000	383	5,34%
Serviços		560.000	280	3,90%
24	Herculano Augusto de Pádua e Castro	288.000	144	2,01%
32	Jorge Krug	140.000	70	0,98%
43	Vicente Maria de Paula Lacerda	72.000	36	0,50%
44	Antônio Joaquim Gomes Tojal	60.000	30	0,42%
TOTAL		14.344.000	7.172	52,95%

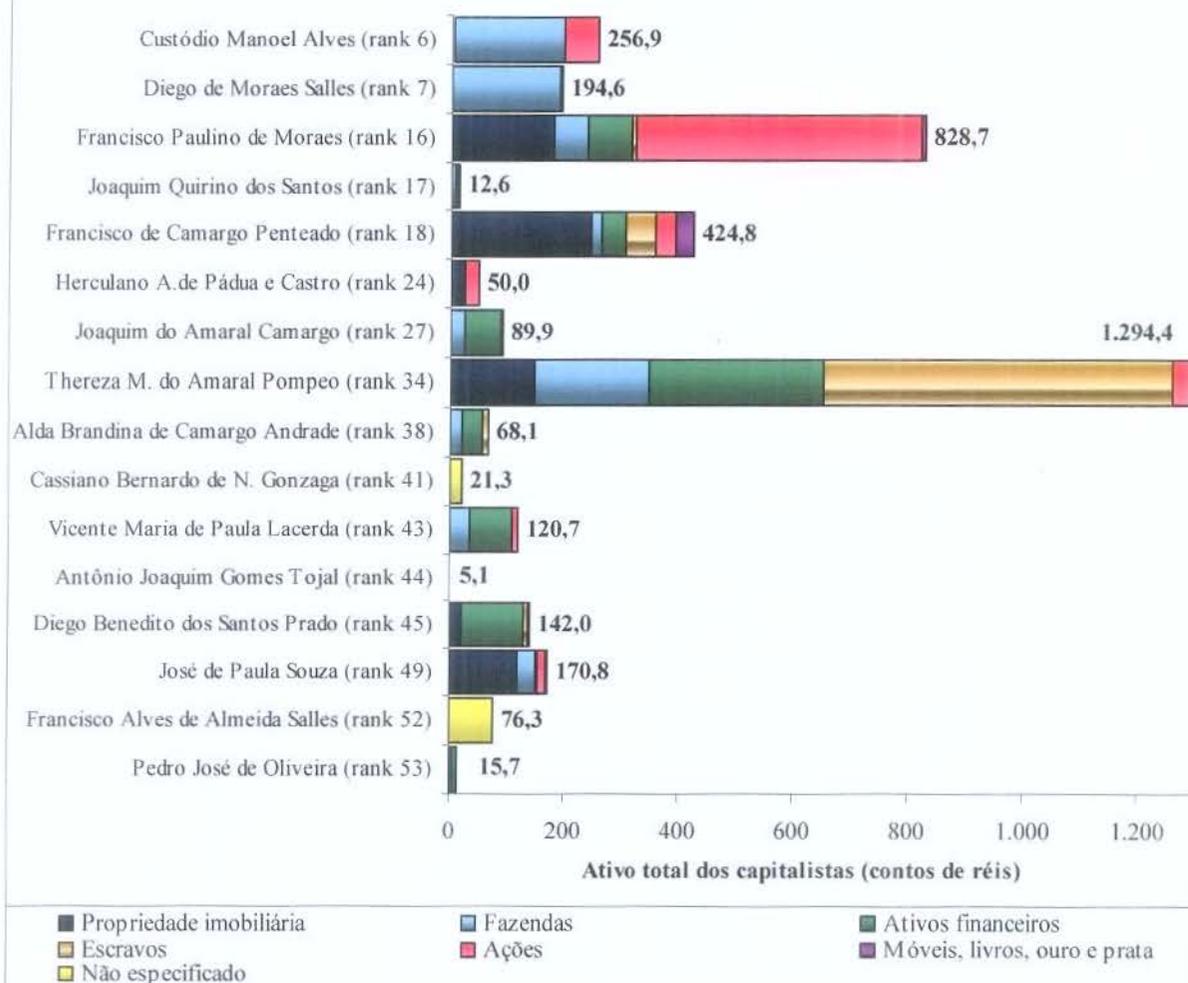
Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação
 ** Total de crédito concedido pelos 24 capitalistas inventariados

Com a análise dos inventários doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas, foi possível verificar como alguns destes capitalistas conservavam sua riqueza, como esta se repartia entre propriedades rurais, escravos, móveis, livros, objetos de ouro e prata, entre outros.

Não foi possível estudar as formas de mobilização dos 23 capitalistas pessoas físicas (estudamos apenas de 16 capitalistas nas figuras seguintes), devido à limitações na fonte primária. Alguns dos inventários, datados a partir da década de 1870 encontram-se em lastimável estado de conservação e em vários faltam páginas ou estas estão ilegíveis por deterioração e má conservação do documento.

A partir da *figura 17* nota-se que os capitalistas diversificavam seus ativos entre formas de imobilização pura de capital e formas geradoras de recursos. Aquela associa-se à manutenção de móveis, objetos de ouro e prata, livros em acervo de biblioteca particular e, dinheiro em forma líquida em cofres, meios que não geram lucros.

FIGURA 17: Valor e tipo de propriedades que constituíam a riqueza pessoal dos capitalistas atuantes em Campinas no período entre 1873 e 1884



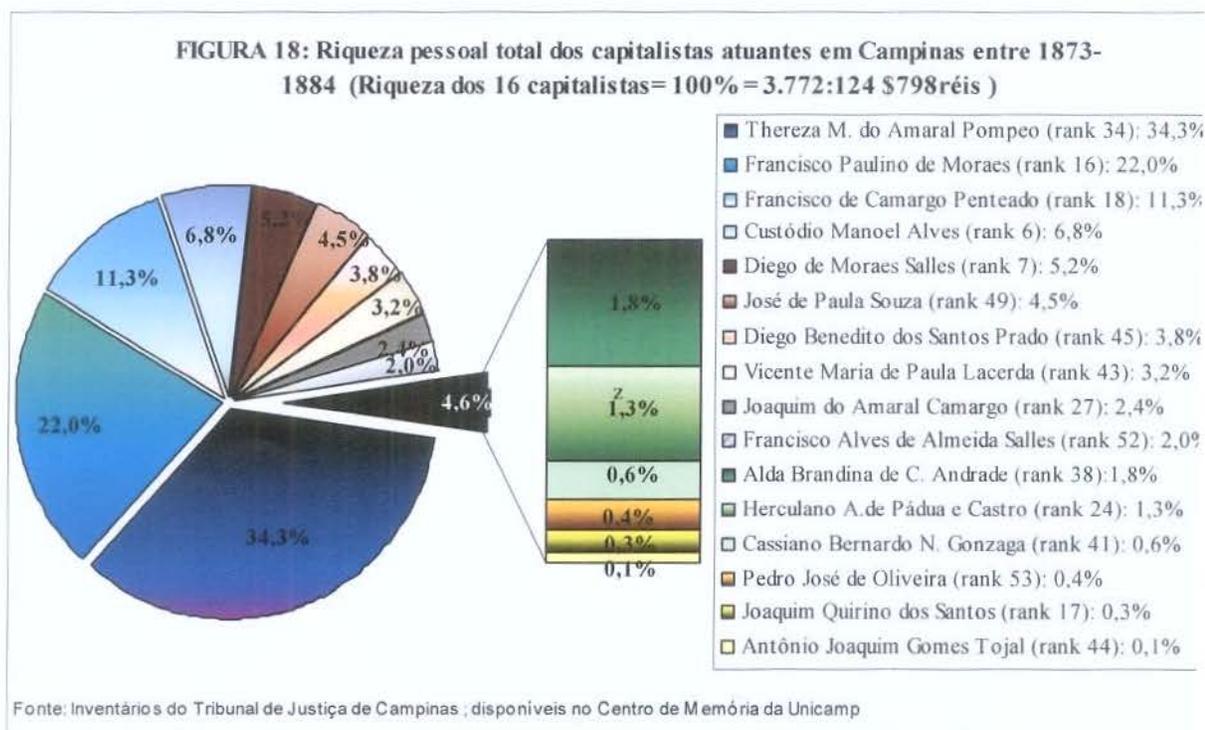
Fonte: Inventários dos capitalistas do Tribunal de Justiça de Campinas

Já as propriedades agrícolas como fazendas cafeeiras e de cana-de-açúcar, criam valor ao serem utilizadas como capital agrícola. A cada ciclo produtivo, de plantação e colheita, ocorre agregação de valor ao latifundiário, pois o equivalente monetário dos bens colhidos é superior àquele gasto com a sua geração, a não ser que ocorram efeitos adversos como queda no preço do café, perda da colheita devido a fatores climáticos, como secas prolongadas ou geadas.

O fazendeiro não se interessa pela quantidade de café que sua lavoura gerará se as sacas não se transformarem em recursos monetários e meios de pagamento. Os escravos seguem na mesma óptica, eles são os braços trabalhadores que aram a terra, colhem o café, retiram o algodão do algodoeiro, cozinham e mantêm limpa a casa de seu senhor.

A figura 18 apresenta a riqueza relativa de cada capitalista, a partir da razão entre os valores do ativo individual e do agregado dos ativos totais do grupo dos 17 indivíduos cujos inventários foram analisados (3.772:124\$798 réis). Deste modo, vê-se que, apenas, Thereza Michelina do Amaral Pompeo detinha uma terça parte dos ativos agregados, e que os cinco capitalistas com maiores ativos detinham 80% dos bens desta conta de ativos.

Os dados ressaltam a diferença de posses de bens entre os emprestadores de crédito estudados, o pode ser o reflexo do tipo de sociedade da época, marcada pela grande concentração de renda.



5.1. FAZENDEIROS

Os capitalistas “fazendeiros”, cuja atividade econômica principal era a produção rural, foram responsáveis pela oferta de 5.759 contos de réis em crédito no período, o que equivaleu a 80,3% do valor do crédito disponibilizado pelos 24 capitalistas cujas biografias foram identificadas (total de 7.172 contos de réis). Eram aqueles:

Alda Brandina de Camargo;
Antônio Egydio de Souza Aranha;
Carlos Norberto de Souza Aranha;
Custódio Manoel Alves;
Diogo Benedito dos Santos Prado;
Diogo de Moraes Salles;
Francisco de Camargo Penteado;
Francisco Paulino de Moraes;
Ignácio Ferreira de Camargo Andrade;
João Manoel de Almeida Barbosa;
Joaquim Ferreira de Camargo Andrade;
Joaquim Quirino dos Santos (Coronel);
José de Paula Souza;
José Paulino Nogueira;
Manoel Carlos Aranha e;
Thereza Michelina do Amaral Pompeo.

A seguir, há uma biografia resumida destes fazendeiros, majoritariamente cafeicultores, que possuíam um excedente de capital acumulado e que precisaram diversificar suas atividades para conseguir manter a margem de lucro de seus negócios. Em momentos de grande safra, em que o montante financeiro excedia o previsto pelo lavrador, este utilizava aquele tanto para reinversões na própria fazenda como uma fonte de multiplicação de capital, mediante empréstimo a juros.

IGNÁCIO FERREIRA DE CAMARGO ANDRADE (RANKING 14)

A origem de sua família remonta a repartição do Brasil em sesmarias, seu avô, o Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá, recebeu terras em 1796. Este teve um filho chamado Joaquim Ferreira Penteado, que se tornou comendador e recebeu o título de “Barão de Itatiba”.

O Barão de Itatiba casou-se com sua prima Dona Francisca, em 1830, unindo assim parte das sesmarias e fundando a Fazenda Duas Pontes. O décimo terceiro filho do casal, Sr. Inácio de Ferreira Camargo Andrade casou-se com Dona Brandina Emilia Leite Penteado e foi o herdeiro da Fazenda Duas Pontes. Porém, em uma das viagens para a Europa, o Sr. Inácio contraiu uma doença e faleceu ainda jovem. Dona Brandina casou-se com Artur Furtado Albuquerque Cavalcanti, que possuía a título de “Desembargador Furtado”. Passando o mesmo a ser o novo proprietário da famosa fazenda.

FRANCISCO PAULINO DE MORAES (RANKING 16)

Possuía um portfólio de ativos diversificado totalizando 82:096\$458. Este se compunha de 60:600\$000 em terras e benfeitorias e 1:494\$000 de móveis em sua fazenda; 7:513\$000 de animais na mesma; 178:200\$000 de casas e terrenos; 496:660\$000 de ações de Companhias; 76:791\$053 em dívida ativa; 4:670\$405 em dinheiro existente com o inventariante e 2:800\$000 de impostos a recolher.

JOAQUIM QUIRINO DOS SANTOS (RANKING 17)

Fazendeiro de café na cidade. Coronel Quirino, como era conhecido, era membro do Clube da Lavoura, acionista da Companhia de Iluminação Pública, diretor da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, integrante da Sociedade Culto à Ciência e politicamente engajado no Partido Conservador de Campinas. Como o título acima indica, era Coronel da Guarda Nacional, o que, na prática, significava o comando superior da Guarda Nacional nos Municípios de Campinas e Belém (Itatiba).

FRANCISCO DE CAMARGO PENTEADO (RANKING 18)

Possuía oito imóveis na cidade de Campinas e foi um dos fundadores do Hipódromo Campineiro, inaugurado em Setembro de 1878, uma iniciativa dos senhores Francisco de Camargo Penteado, Joaquim Paulino Barboza Aranha e Joaquim Alves de Almeida Salles, que se inspiraram no Prado Fluminense e no Hipódromo Paulistano para tal empreendimento.

O capital de 52:000\$000 necessário à construção da hipica foi obtido pela emissão de ações. Segundo notícia da Gazeta de Campinas, do dia primeiro de outubro de 1878, a inauguração do prado campineiro foi um verdadeiro acontecimento que atraiu, à Campinas, numerosa leva de visitantes das cidades vizinhas. Nos dias de corrida no Hipódromo Campineiro, as Companhias Paulista e Mogiana colocavam trens especiais à disposição da população.

Diante de tal entusiasmo popular, não demorou em que figuras ilustres da época se mobilizassem para a criação do Hipódromo do Bonfim. Joaquim Ferreira Penteado doou os terrenos, Joaquim de Paula Souza defendia a criação nos jornais, Francisco José de Camargo Andrade oferecia sua fazenda para as reuniões e se tornaria um dos fundadores do hipódromo, juntamente com Francisco de Camargo Penteado. Antonio Egydio de Souza Aranha seria o fundador do Jockey Club de Campinas.

Além desses empreendimentos visando melhorar as opções de lazer da população campineira, outras instituições marcaram a década de 1870, tanto no campo cultural quanto filantrópico, destacando-se o Gabinete de Leitura, a Associação Culto à Ciência, a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, o Clube Semanal, a Sociedade Artística Beneficente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, entre outros.

JOSÉ PAULINO NOGUEIRA (RANKING 33)

José Paulino “*que ainda pequeno, quando trabalhava como caixeiro na loja de Bento Quirino dos Santos, percorria descalço o trajeto até a entrada da cidade, para economizar seu único par de sapatos*”¹². Nasceu em Campinas a 13 de fevereiro de 1853, quinto dos doze filhos de Luiz Nogueira Ferraz e de Gertrudes Eufrosina de Almeida Nogueira, família tradicional, mas de poucos recursos. Começou a trabalhar aos doze anos naquela loja e aos 18, o ex-caixeiro era gerente e, logo depois, sócio do patrão na Santos, Irmão & Nogueira, uma casa comercial que os políticos e intelectuais que a freqüentavam apelidaram de “Sociedade Anônima de Interesse Geral”. Ali conheceu Campos Salles, uma amizade que, no futuro, uniu as duas famílias, visto que seu neto, Paulo Nogueira Filho, casou-se com Regina Coutinho, neta do ex-presidente da República.

Na última fase do império, já membro do Partido Republicano, José Paulino elegeu-se vereador em Campinas, com Júlio de Mesquita e Salvador Penteadó. Em março de 1889, com o primeiro ataque da epidemia de febre amarela, José Paulino foi uma das poucas autoridades que não abandonaram a cidade. Assumiu o governo de Campinas, mobilizou sócios e clientes da loja e apelou na Capital, para que os amigos Campos Salles e Francisco Glicério arranjasse meios para que se concluíssem os serviços de canalização de água potável e de instalação da rede de esgotos, só assim a cidade se livraria dos poços e das fossas.

Proclamada a República, permanece na direção da cidade até ser nomeado intendente municipal da era republicana e, é reeleito presidente da Câmara, em 1892, e continua à frente da administração de Campinas. Baixa duas leis: isenta de impostos e taxas as sociedades cooperativas de consumo e um empréstimo de 400 contos de réis, com juros de 6% ao ano, para que a Companhia Carril Agrícola Funilense concluísse sua linha de trem de Campinas ao inóspito e desocupado bairro do Funil, até então isolado da cidade e dos centros mais próximos, Limeira e Moji Mirim.

¹² LISBOA, José Maria. “Almanack Literário de São Paulo”, São Paulo, Typographia da Província de São Paulo,

CEDOC - IE - UNICAMP

Mais tarde, já no fim do século, José Paulino e os irmãos Arthur e Sidrack, o cunhado Antônio Carlos da Silva Teles e o genro Paulo de Almeida Nogueira desbravaram as primitivas terras da fazenda Funil, atual cidade de Cosmópolis, e lançaram nela a semente da primeira grande indústria de Campinas, a Usina Ester, nome da filha mais velha de José Paulino.

Empreendedor em São Paulo associou-se à firma comissária Teles & Neto, de Santos, e levou para a empresa seu antigo patrão e sócio Bento Quirino dos Santos. Em 1910, assumiu a presidência da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, cargo que ocupou até morrer, a 10 de novembro de 1915. Foi o primeiro presidente do Banco Comercial e fundou, ainda, com Cardozo de Almeida, Urbano Azevedo e Veriano Pereira, a Companhia Paulista de Seguros. Com parte do que ganhava, ajudava a sustentar a Santa Casa de Misericórdia e o Liceu de Artes e Ofícios de Campinas.

Era um empresário moderno que soube diversificar suas atividades econômicas, as quais iniciaram-se com a simples função de caixeiro-viajante, posteriormente de sócio da casa de comércio na qual trabalhava, e se expandiu para proprietário de fazendas e político com grandes visibilidades municipal e nacional.

THEREZA MICHELINA DO AMARAL POMPEO (RANKING 34)

Nasceu em Campinas, São Paulo e faleceu em 1882, era uma importante produtora agrícola de cana-de-açúcar e de café e tinha suas atividades centralizadas na Fazenda Cachoeira. Possuía uma segunda fazenda, a Jambeiro, que integrava um conjunto mais amplo de fazendas, constituindo-se um marco na história do café na região de Campinas do século XIX. Adquirida por Herculano Pompeu de Camargo, em 1885, com 90 mil pés de café em terra de massapé vermelha, a fazenda recebeu uma nova e sofisticada sede, construída pelo escritório do célebre engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo. Na ocasião, a sede foi dotada de serviços recém-inaugurados na cidade, como telefonia, luz de gás acetileno, rede de esgoto e água encanada, requintes só oferecidos aos moradores abastados da região.

Foi casada com Antônio Pompeo de Camargo, ilustre ituano, falecido em 1836 em Campinas, SP. Eles tiveram apenas uma filha, que se tornou herdeira dos legados de Dona Michelina Pompeo, Ana Guilhermina do Amaral Pompeo. Esta nasceu em 4 de novembro de 1824, em Campinas, e falecida na cidade de São Paulo. Casou-se com Joaquim Bonifácio do Amaral, em 24 de junho de 1839 em Campinas, tornando-se assim Viscondessa de Indaiatuba.

Dona Thereza possuía duas casas na cidade de Campinas, a primeira localizada na rua Direita, esquina com a rua General Osório, e avaliada em 100:000\$000 réis; e a segunda à rua Bom Jesus, sem número, avaliada em 13:000\$000 réis. Também era proprietária terrenos, dois nas ruas do Comércio e América, totalizando 22:000\$000 réis e uma à rua do Theatro esquina, com Rua São Carlos, no valor de 14:000\$000 réis. No entanto, a maior quantia de bens inventariados, pertencentes a ela, consistiam nas fazendas Cachoeira, famosa pelas grandes plantações de cafezais e avaliada em 146:612\$500 réis; e na Fazenda Jambeiro, cujo valor estimado era de 18:387\$500 réis.

Era proprietária de 117 escravos, com idades entre 11 e 61 anos e que totalizavam 160:450\$000 réis. Pode-se inferir que parte destes eram utilizados como mão-de-obra nas plantações de café das fazendas citadas, e vários serviam em ofícios diversos, como o próprio nome pelos quais eram chamados já demonstrava, como Raymundo alfaiate e João pedreiro, ambos com 46 anos de idade no momento do inventário e Manoel quitandeiro, que contava 42 anos, que valiam 1:800\$000, 1:400\$000 e 2:000\$000 réis respectivamente. Entre as 51 mulheres descritas no plantel, algumas são citadas como cozinheiras.

De modo semelhante aos capitalistas analisados, Thereza Michelina Pompeo possuía ações: 150 da Companhia do Norte no valor total de 28:125\$000 réis; 5 da Companhia Açucareira de Porto Feliz no montante de 1:000\$000 réis e; títulos da dívida da Companhia do Norte no valor a ser recebido de 2:500\$000 réis.

Na conta de dívidas ativas, encontra-se a relação dos devedores que tomaram empréstimos junto à finada e que no momento da morte desta ainda não haviam quitado o valor integralmente. São Maria Thereza Silveira Nogueira, Antônio Carlos de Salles e Dona Anna Cândida Pacheco e Silva, que devem, respectivamente, 5:000\$000, 3:734\$740 e 10:982\$000 réis aos herdeiros daquela.

ALDA BRANDINA DE CAMARGO ANDRADE (RANKING 38)

Filha de Álvaro Xavier de Camargo e Silva e de Maria Brandina de Souza Aranha. Foi casada com o Coronel José Teixeira Nogueira (nascido em 1833).

Segundo seu inventário, datado de 1879, possuía, como muitos proprietários do ramo agrícola, maior parte de seus ativos sob a forma de fazendas e escravos, sendo os valores contados em 20:500\$000 e 12:800\$000, respectivamente. O montante de bens divisíveis pelos herdeiros somaram-se em 68:113\$784 em que compunham os bens já citados, objetos de ouro e prata, móveis e dinheiro.

JOÃO MANOEL DE ALMEIDA BARBOSA (RANKING 40)

Lavrador de café, com produção estimada entre 7.000 e 9.000 arrobas anuais; formou, em 1872, a colônia Nova Colúmbia. Neste período possuía entre 200:000\$000 a 400:000\$000 a prêmio.

CASSIANO BERNARDO DE NORONHA GONZAGA (RANKING 41)

Em seu inventário (do ano de sua morte, 1887), a inventariante levantou a quantia de 21:257\$281 réis a serem divididos.

Para divisão dos legados: Sobram 19:303\$000 réis depois de serem deduzidas as despesas com a formulação do inventário e avaliação dos bens. No inventário, consta a seguinte relação de devedores junto ao finado capitalista Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, e que pelo óbito passam a serem devedores da herança da família.

De acordo com o inventário do doutor Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, falecido em 1887, encontra-se a relação de seus devedores e a forma de garantia oferecida pelos credores. Do total de 88:258\$814 na conta passivo em aberto, 45:122\$527 estão atrelados a hipotecas e o restante, 41:326\$241 foram tomados como crédito mediante a assinatura de letra de câmbio. Nota-se, na tabela 3, a relação de devedores deste capitalista no memento de sua morte.

TABELA 5: Relação de devedores do finado Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, no momento de sua morte, segundo inventário deste, datado de 1887

Devedores	Dívida (réis)	Data do crédito	Garantia
1 Souza Camargo e Penteadó	12.687.088	jan.1887	hipoteca
2 Manoel Francisco Mendes	11.870.833	fev.1887	hipoteca
3 Antônio Joaquim Bueno de Camargo	10.671.000	maio 1886	hipoteca
4 Francisco de Paula Souza Ferraz	9.686.360	jan. 1884	letra vencida
5 francisco de Goes Pacheco	5.000.000	abr. 1886	hipoteca
6 José Ferreira da Silva	4.223.333	abr. 1887	hipoteca
7 Joaquim de Campos Souza	3.000.000	out. 1886	hipoteca
8 João Batista de Camargo Paes	4.354.666	fev. 1887	hipoteca
9 Maria Pulcheria de Arruda	3.169.166	abr.1887	hipoteca
10 Francisco Bueno de Lacerda	3.232.722	abr.1886	letra exigível
11 João Batista da Costa Barreto	1.881.600	fev.1887	letra exigível
12 Luiz Antônio Barboza	1.781.863		hipoteca
13 José Narcizo Monteiro	1.222.293	fev. 1883	letra exigível
14 José Américo de Godoy	1.000.000	março 1887	letra exigível
15 Milião Pereira dos Santos	1.051.666	abr. 1887	hipoteca
16 José Cases	548.178	fev. 1887	letra exigível
17 Antônio Benedito de Castro Mentis	11.068.000		
Soma dos ativos a receber	86.448.768		

DIOGO BENEDITO DOS SANTOS PRADO (RANKING 45)

Em seu inventário, de 1875, consta a existência de 141:993\$652 divisíveis, já descontados de juros e taxas. O ativo deste capitalista compunha-se de 20:000\$000 em fazendas; 77:000\$000 em dinheiro; 7:900\$00 em escravos; e 3:793\$000 em móveis e objetos de prata e ouro.

ANTÔNIO EGYDIO DE SOUZA ARANHA (RANKING 47)

Nasceu em 1838 e faleceu em 18 de janeiro de 1859, aos 21 anos de idade apenas; sendo casado com Elisma do Amaral, filha do 1º Barão e 1º Visconde de Indaiatuba. Antônio Egydio integrava a abastada família Souza Aranha, chefiada por Francisco Egídio de Sousa Aranha e pela 1ª Viscondessa de Campinas, Maria Luisa de Sousa Aranha. Esses patriarcas tiveram juntos onze filhos:

1. Maria Brandina de Souza Aranha
2. José Egydio de Souza Aranha (nascido em 19.03.1821)
3. Joaquim Egídio de Sousa Aranha, 1º Marquês de Três Rios (nascido em 19.03.1821)

4. Pedro Egydio de Souza Aranha
5. Francisco Egydio de Souza Aranha (nascido em 1823)
6. Libânia de Sousa Aranha (nascido em 1829)
7. Ana Teresa de Sousa Aranha
8. Petronilha de Souza Aranha (nascido em 1836)
9. Antônio Egydio de Souza Aranha (nascido em 1838)
10. Martim Egydio de Souza Aranha (nascido em 1839)
11. Gertrudes de Sousa Aranha

JOSÉ DE PAULA SOUZA (RANKING 49)

Nasceu em Rio Claro, filho de Antonio de Paula Souza, criador do Instituto Politécnico de São Paulo. Na cidade de Xiririca, Paula Souza tornou-se líder político e grande produtor de café. Casou-se com dona Armínia Freitas, neta do major Ignácio Benedito de Freitas e, descendente da família Veras.

José de Paula Souza foi agraciado com o título de Coronel da Guarda Nacional, tornou-se prefeito de Xiririca e seus conhecimentos de medicina fizeram-no também um misto de médico e farmacêutico na cidade, ajudando na sua carreira política. Nos tempos do Coronel Paula Souza, Xiririca não tinha médico, nem farmacêutico o que o levou a desenvolver essas atividades na cidade e se tornar conhecido pela população.

Em seu inventário, de 1916, constam casas e terrenos, além dos bens existentes na Fazenda Boa Esperança. Na cidade de Campinas, ele possuía oito imóveis. Na Rua Francisco Glicério, haviam duas casas localizadas nos números 26 e 22 e avaliadas em 30:000\$000 e 15:000\$000, respectivamente. Na Rua Barão Jayará ele possuía três casas, de números 49, 97 e 110, avaliadas em 14:000\$000, 18:000\$000 e 11:000\$000, respectivamente. Rua José Paulino, número 42, a casa foi avaliada em 10:000\$000.

A casa com terreno na Rua General Osório, número 49, valia 18:000\$000e; finalmente havia um imóvel localizado na Rua Bento Quirino, número 108, avaliado em 4:500\$000. Seu patrimônio final foi avaliado em 168:813\$300 para se dividido entre os herdeiros.

5.2. NEGÓCIOS DIVERSOS

Existiam indivíduos que diversificavam seus negócios, ora apareciam como proprietários de terras e fazendeiro nos Almanques para Campinas, ora como negociantes urbanos, mercadores ou comerciantes. Possivelmente eram lavradores de cana-de-açúcar e de café da Campinas do século XIX, mas que graças à alta produtividade da terra roxa da região, ampliaram a sua atuação de homem econômico em outras esferas da economia.

A lucratividade do café nos anos de boa colheita, em que a quantidade e qualidade do grão colhidos superavam as estimativas do senhor fazendeiro, geravam um excedente monetário que poderia ser reinvestido na própria lavoura, para ampliar ainda mais as colheitas futuras, ou poderia ser empregado em outras formas de multiplicação do capital.

Por sua vez, estes agentes de negócios diversos, optaram pela segunda alternativa, e foram responsáveis por mais de 11% do crédito disponibilizado entre 1873 e 1884. Contatou-se a presença de dois indivíduos nessa situação, que juntos emprestaram 6:250\$000, equivalente a 11,11% do total de crédito disponibilizado pelo grupo dos 22 capitalistas cujas informações de suas principais atividades econômicas foram analisadas. Eram aqueles:

Victorino Pinto Nunes (ranking 9), cuja biografia encontra-se detalhada no capítulo anterior e

José Pedroso de Moraes Salles (ranking 25)

JOSÉ PEDROSO DE MORAES SALLES (RANKING 25)

Casado com Maria Izabel Cantinho, que era filha de Izidoro Fernandes Cantinho e de Alexandrina Guimarães. Concedeu 140:000\$000 como crédito a juros entre 1873 e 1884.

5.3. BANCO

AGÊNCIA DO BANCO MERCANTIL DE SANTOS (RANKING 13)

A Agência do Banco Mercantil de Santos¹³, que foi tributada em 776\$000, que equivalia à movimentação financeira de 383:000\$000 entre 1875 e 1885. Os bancos santistas são relativamente antigos, surgiram, como a maioria dos estabelecimentos financeiros, apoiados no progresso cafeeiro. O Banco Mercantil de Santos foi o primeiro estabelecimento de crédito a funcionar em Santos. Pertencia ao barão de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, e o capital deste era inglês, disfarçado sob o nome do barão. O banco iniciou suas atividades por volta de 1853 e funcionou diretamente ligado à São Paulo Railway. O advento da estrada de ferro e as primeiras exportações de café feitas por Theodor Wille marcaram o aparecimento dos bancos em Santos, e foram a razão de sua expansão.

“De início, porém, dificuldades foram encontradas em se criar a mentalidade bancária na cidade. Grande parte das pessoas guardava as economias nas suas próprias casas e era generalizado o uso dos cofres e, até mesmo a Prefeitura tinha o seu. Somente quando a Câmara resolveu recorrer aos bancos para financiar a compra de bondes o dinheiro municipal passou para os bancos, o que só aconteceu depois da Guerra do Paraguai, por volta de 1880, época que pode ser apontada como a da transformação geral dos estabelecimentos bancários e da modificação econômica de Santos. A vinda dos consulados, o interesse inglês pelo Brasil, a exportação do café e a criação da Estrada de Ferro São Paulo Railway trouxeram à cidade o potencial de riquezas que incrementou a rede bancária.”¹⁴

A criação do Banco Mercantil de Santos não representou, pelo menos na prática, a implantação real de um estabelecimento de crédito em Santos, mesmo porque durou pouco a experiência do barão de Mauá, que resultou na falência do empreendimento em Somente com a criação do Banco de Londres, houve a consolidação. D. Pedro II assinou em 1881 o decreto que iniciou a história bancária de Santos.

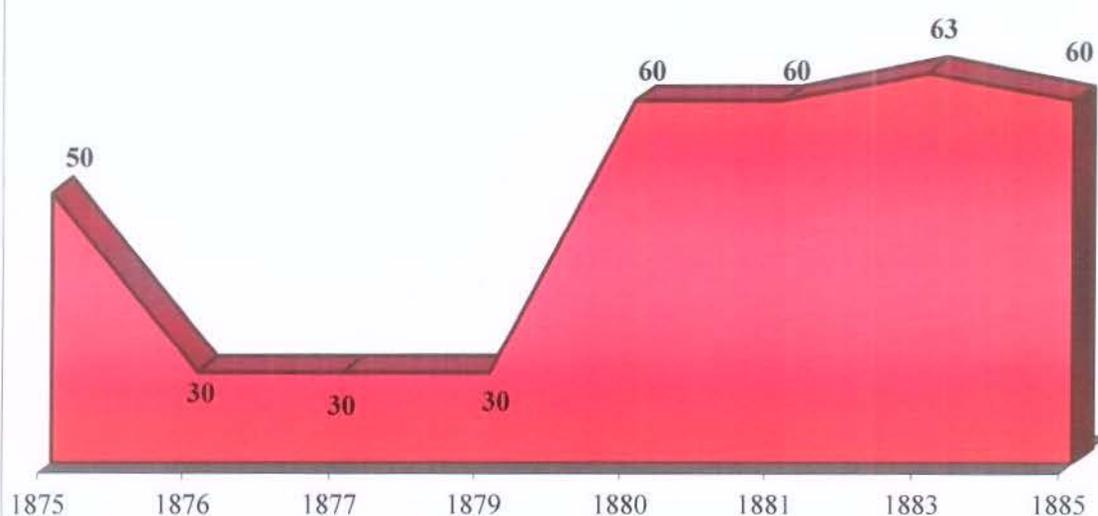
¹³ Texto extraído do “Diário Cidade de Santos”. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

¹⁴ “Diário Cidade de Santos”. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

No “Almanack Litterario de São Paulo”, para o ano de 1885, publicação de José Maria Lisboa, encontra-se um anúncio publicitário, em que se ressalta a relevância do banco.

*“Possuía, além matriz, agência em São Paulo, na Travessa do Collégio e que emitia saques contra o English Bank of Rio de Janeiro; em Paris contra o A. & M. Heire; em Hamburgo contra o J. Berenberg, Grossler & C^o; em Portugal contra o Banco Lusitano e suas dependências; no Brasil contra sua caixa matriz; e as agências nas cidades de Santos, Campinas e Rio de Janeiro. O Banco Mercantil de Mercantil de Santos ainda recebia dinheiro em conta corrente e por letras pagáveis em São Paulo, Santos, Campinas e Rio de Janeiro”.*¹⁵

FIGURA 19: Crédito concedido pela Agência do Banco Mercantil de Santos (ranking 13), em Campinas, entre 1873 e 1885 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de 383 contos de réis no período
 Fonte: Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Coletou tributos sobre capitais em 1875, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1883 e 1885 nos respectivos valores de 100\$000, 60\$000, 60\$000, 120\$000, 120\$000, 126\$000 e 120\$000, totalizando 766\$000 destinado à Coletoria e Recebedoria de Rendas. Este valor equivalia ao empréstimo de 383:000\$000 (total de 383 contos de réis) realizado no intervalo temporal analisado, conforme [figura 19](#).

¹⁵ LISBOA, José Maria. “Almanack Literário de São Paulo”.1886, São Paulo, Typographia da Província de São Paulo,

5.4. SETOR DE SERVIÇOS

Foram identificados ainda quatro capitalistas que atuavam, majoritariamente, no setor terciário, que juntos, disponibilizaram 280:000\$000 réis, o que equivale à apenas 3,9% do montante disponibilizado pelos capitalistas com biografias citadas. Eram eles:

Herculano Augusto de Pádua e Castro, negociante; (ranking 24)

Jorge Krug, farmacêutico; (ranking 32)

Vicente Maria de Paula Lacerda, médico; (ranking 43)

Antônio Joaquim Gomes Tojal, comerciante; (ranking 44)

HERCULANO AUGUSTO DE PÁDUA E CASTRO (RANKING 24)

De acordo com o inventário deste, de 1932, consta o monte-mor de 50:012\$000, divididos entre uma casa com terreno e quintal localizada à Rua Regente Feijó, número 767 avaliada em 25:000\$000; 220 ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro no valor total de 22:440\$000 réis; móveis avaliados em 1:285\$.000; objetos de ouro e prata no valor de 787\$000 e uma biblioteca de 500\$000.

JORGE KRUG (RANKING 32)

Farmacêutico e proprietário da segunda farmácia que foi inaugurada na cidade de Campinas, em 1846. Foi vice-cônsul da Suíça na Província de São Paulo e, ainda atuava como capitalista, visto que emprestou 70:000\$000 no intervalo entre 1873 e 1884. Seu irmão, Francisco Krug, foi um importante industrial campineiro, envolvido nas atividades têxtil, de serralheria e de produção de móveis, carroças e carros.

VICENTE MARIA DE PAULA LACERDA (RANKING 43)

Médico natural do Rio de Janeiro era irmão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda (Conde de Santa Fé) e do historiador Joaquim Maria de Lacerda. Em Campinas, viveu e clinicou por toda vida, e foi diretor-proprietário de estabelecimento hospitalar; casou-se duas vezes com filhas do major Luciano Teixeira Nogueira e deixou vasta geração, sendo seu filho o grande jurista Paulo Maria de Lacerda

ANTÔNIO JOAQUIM GOMES TOJAL (RANKING 44)

Foi comerciante e proprietário de estabelecimento de secos e molhados, aberto em 1853 na cidade de Campinas, que além de vender produtos alimentícios, possuía tecidos e ferragens em seu portfólio. Contribuiu para as obras da Matriz Nova, em 1881, época em que possuía oito imóveis na cidade. De acordo com o auto da partilha, de 1892, possuía 5:116\$000 em ativo total, deduzindo-se o montante para quitação de dívidas, impostos, taxas e os custos do inventário, sobraram 4:910\$100 divisíveis entre os herdeiros.

CONCLUSÃO

Ter e conceder crédito eram funções essenciais numa Campinas do final do século XIX, uma cidade em acelerado processo de crescimento e que necessitava de capitais para manter e ampliar seus negócios, investimentos e consumo. Destaca-se neste cenário a presença marcante de capitalistas, pessoas de posses e que disponibilizam capital para ser emprestado em troca de juro, e que possibilitaram assim a expansão do crédito na cidade.

Reconheciam-se e eram reconhecidos pela sociedade como instituições creditícias, não eram apenas homens e mulheres comuns, senhores e senhoras de posses, que desempenhavam suas atividades de fazendeiro, cafeicultor, comerciante, político, proprietário, senhor de escravo ou esposa de homem de posses; eram também a instituição emprestadora de crédito de Campinas no século XIX.

Contabilizaram-se os empréstimos de capitais com a implementação do imposto sobre os capitalistas, que visava diferenciar o crédito fornecido sobre relações pessoais, baseadas de confiança no devedor, em laços familiares e de amizade, em contraposição ao crédito nos limites da institucionalização, concedido pelo capitalista e reconhecido pela tributação.

Dinamizou-se e diversificou-se a economia sob a égide do capital cafeeiro. O crédito e os capitalistas que o concederam participaram das ações que possibilitaram as ampliações do comércio, dos negócios e dos serviços prestados há um século e meio.

Campinas torna-se a capital agrícola da província, crescimento proporcionado pelo horizonte de expansão para o café, que foi colocado pela disponibilidade de terras e pela recuperação dos preços externos. O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867 e, da Companhia Mogyana um pouco mais tarde.

Emília Viotti sintetizou os efeitos da estrada de ferro sobre a economia mercantil-escravista cafeeiro, e como aquela ampliou a acumulação econômica no Oeste Paulista:

*“É fácil imaginar que em sua construção uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transporte que podiam, agora voltar-se para as culturas; maior rapidez nas comunicações, maior capacidade de transporte, baixos fretes; melhor conservação do produto, que apresentava superior qualidade e obtinha preços mais altos no mercado internacional.”*¹⁶

Portanto, a ferrovia abre possibilidades de maiores lucros no complexo cafeeiro e novas perspectivas para o trabalho assalariado. Ademais, a máquina foi introduzida no beneficiamento do café nos anos 1870, no Oeste Paulista, enquanto o Vale do Paraíba continuava mergulhado nos processos rotineiros, encerrando graves dificuldades financeiras, segundo Viotti.

Mas a estrada de ferro e a máquina de beneficiamento, ao mesmo tempo m que reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional, se opõe a esta, criando condições para a emergência do trabalho assalariado. Pode-se notar, na obra de Taunay, que a evolução quantitativa e qualitativa da produção e do uso dessas máquinas se torna bastante evidente a partir do início da década de 1880, período em que a questão do trabalho escravo mais se agrava , que se acelera a transição para o trabalho livre.

Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam em forte ampliação das margens de lucros nas lavouras. Dada a disponibilidade de terras e o comportamento não-elástico da demanda externa, implicava na necessidade de ampliar a acumulação cafeeira. Mas dada a menor fertilidade de terras mais interioranas e à limitação na expansão regional do café, os cafeicultores forçaram-se a empregar recursos em formas alternativas de valorização de capital, inicialmente correlacionadas diretamente ao grão e, posteriormente, com maior autonomia em relação a este.

Os bancos do interior, em geral, eram inexpressivos no que diz respeito ao seu volume de capitais e, portanto, mais suscetíveis às intempéries próprias das flutuações da economia cafeeira. Os bancos hipotecários, por sua vez, eram poucos e comumente privilegiavam suas carteiras comerciais em detrimento dos empréstimos garantidos por hipotecas, principal modalidade de crédito utilizada pelos lavradores.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da. “Da colônia à senzala”. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966, p. 52

Assim, percebemos que os cafeicultores deveriam possuir acesso a alguma fonte de crédito não oriundo do sistema bancário, já que é difícil pensar num sistema de autofinanciamento dos fazendeiros, dada a natureza do cafeeiro, cujos frutos só aparecem após o quarto ou quinto ano de cultivo. A questão é: de onde provém este crédito? Devemos nos voltar agora para um personagem que a bibliografia têm apontado como fundamental para o financiamento da cafeicultura: o comissário.

O comissário surge como um intermediário entre o fazendeiro e o exportador na venda do café. Na verdade, o comissário não agia apenas como um mero representante comercial, embora inicialmente suas atividades tenham se restringido a tal função. Também fornecia a seus clientes vários artigos oriundos dos grandes centros urbanos de que estes necessitavam, mas sua centralidade na economia cafeeira advinha da posição que ocuparam no fornecimento de crédito para a lavoura, que se impôs ao comissário praticamente como uma exigência para a prosperidade de seus negócios, já que o fazendeiro, conforme já ressaltamos, dificilmente dispunha de condições para se autofinanciar, segundo Carvalho Franco.

Também percebemos a atuação, nas cidades do interior, além do comissariado, de uma camada de financistas locais que ficaram conhecidos como “capitalistas”, denominação que denotava, na verdade, a posse de dinheiro disponível para empréstimos. Apesar da atuação porventura diferenciada que comissários e capitalistas possam ter apresentado, algo em comum entre ambos e que trazia sérias conseqüências para a lavoura cafeeira: as altas taxas de juros cobradas e o curto prazo praticado nas operações de crédito.

No entanto, quase toda a bibliografia consultada apresenta o capitalista como uma mera personagem coadjuvante nos sistemas econômico e social do Oeste Paulista de fins do século XIX.

Entretanto, como foi verificado, a partir dos registros de recebimentos de impostos pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, eles eram instituições importantes e sua atuação foi necessária para o recrudescimento local, que faz com que uma simples vila se transformasse no que hoje conhecemos como a metrópole de Campinas.

Devido à limitação dos bancos mercantis nas duas décadas analisada, que não possuíam linhas de financiamento e de crédito direto a pessoas físicas, a alternativa para obtenção de crédito voltava-se para os capitalistas. Sem estes, possivelmente, Campinas não seria a grande metrópole que hoje conhecemos e que se destaca por ser uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro. Ela representa, atualmente, 2,7% do Produto Interno Bruto Nacional e 7,83% do Produto Interno Bruto Paulista, ou seja, cerca de R\$ 70,7 bilhões/ano.¹⁷

¹⁷ *Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2007*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16 de dezembro de 2009.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias (manuscritas e impressas):

“*Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas*”. Arquivo Histórico do CMU, Unicamp, livros n.º 51-61 e 67; 1873-1886.

“*Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas*”. Arquivo Histórico do CMU, Unicamp, livros L11, L12 e L13; 1873-1886.

“*Tribunal de Justiça de Campinas (TJC)*”. Arquivos Históricos do CMU, Unicamp, 1874-1940: caixa 161 (processo n.º.4727); caixa 157 (processo n.º.4689); caixa 164 (processo n.º.4757); caixa 250 (processo n.º.5996); caixa 260 (processo n.º.516); caixa 300 (processo n.º.5783); caixa 315 (processo n.º.7189); caixa 318 (processo n.º.6307); caixa 360 (processo n.º.7420); Caixa 372 (processo n.º.7.523); caixa 369 (processo n.º.7499); caixa 380 (processo n.º.7605); caixa 385 (processo n.º.7653); caixa 387 (processo n.º.7672); caixa 405 (processo n.º.7812); caixa 406 (processo n.º.7846) e caixa 410 (processo n.º.7849).

LISBOA, José Maria. “*Almanack Literário de São Paulo*” para os anos de 1871, 1872, 1873, 1879, 1886 e 1909. São Paulo, Typographia da Província de São Paulo, 1876.

“*Relatório do Presidente de Província de São Paulo*”. São Paulo, 1873-1884.

“*Diário de Campinas*”. Campinas, 1875-1890.

“*Gazeta de Campinas*”. Campinas, 1870-1890.

“*Diário Cidade de Santos*”. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

Livros:

BATTITONI FILHO, Duílio. “*Aspectos culturais da história de Campinas*”. Campinas, Mousinho, 1983.

BENJAMIN, Walter. “*A modernidade e os modernos*”. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1973.

BIANCONI, Renata. “*Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870/1905)*”. Campinas, Dissertação (mestrado), Unicamp, 2002.

CALÓGERAS, J.Pandiá. “*A política monetária do Brasil*”. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

CANO, Wilson. “*Raízes da concentração industrial em São Paulo*”. 3ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. “*Da colônia à senzala*”. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

DEAN, Warren. “*A industrialização de São Paulo: 1880-1945*”. Tradução da 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

FIGUEIREDO, Elpidio. “*Princípios elementares da ciência das finanças*”. Recife, Tipografia do Diário de Pernambuco, 1909.

FRANÇA, A. (1960). “*A marcha do café e as frentes pioneiras*”. Editora do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro.

FRANCO, M. S. Carvalho “*Homens livres na ordem escravocrata*”. Ática, São Paulo, 2ª edição, 1974

HOLLOWAY, T. H. “*Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1866–1934*”. Paz & Terra, 1984.

LAPA, José Roberto do Amaral. “*A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*”. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MARCONDES, R. L. “*A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba*”, Locus, 1998.

MARCONDES, R. L. “*O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1867–87)*”, Revista Brasileira de Economia, 2002.

MARTINS, J. d. S. “O cativo da terra”, Livraria Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MELLO, João M. Cardoso de. “*O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*”. 9^a edição, São Paulo, Brasiliense, 1994.

MESSIAS, R. C. “*O cultivo do café nas bocas de sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830–1888*”. Editora Unesp, São Paulo, 2003

MILLIET, S. “*Roteiro do café e outros ensaios*”. Coleção do Departamento de Cultura, XXV, 1939.

PACHECO, Cláudio. “*História do Banco do Brasil*”. Rio de Janeiro, 1979, volume 3.

PELAEZ, Carlos Manuel e ZUZZIGAN, Wilson. “*História Monetária do Brasil*”. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

PESTANA, Paulo Rangel. “*A expansão econômica do estado de São Paulo num século: 1822-1922*”. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “*Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, 1850-1900*”. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

RAMOS, A. “*O café no Brasil e no Estrangeiro*”. Papelaria Santa Helena, Rio de Janeiro, Contribuição comemorativa do 1º Centenário, 1923

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “*O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930)*”. São Paulo, 1983.

SALLUM JR., B. “*Capitalismo e cafeicultura. Oeste Paulista 1888–1930*”. Duas Cidades, São Paulo, 1982.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade “*Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*”. Campinas, Unicamp, 1992.

SILVA, Sérgio. “*Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*”. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

STOLCKE, V. “*Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital. (1850–1980)*”. Brasiliense, São Paulo, 1986.

TAUNAY, Affonso de E. "*Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*". Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1945.

TEODORO, Rodrigo da Silva. "*O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*", Campinas, Dissertação (mestrado), Unicamp, 2006.

VANGELISTA, C. "*Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*". Hucitec/Instituto italiano de cultura / Instituto cultural ítalo-brasileiro, São Paulo. Tradução: Thei de Almeida Viana Bertorello, 1991.

VIEIRA, Dorival Teixeira. "*Evolução do sistema monetário brasileiro*". São Paulo. Boletim 42 Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1962.

VILLELA, A. V. & Suzigan, W. "*Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*". IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2001.

Artigos:

GONÇALVES, J. R. B. e MADI, M. A. C. "*Commodity prices, financial integration and policy options: the performance of Brazilian economy, 1889-1931*". Workshop Lives and Livelihoods: Economic and Demographic Change in Modern Latin America, University of Guelph, Ontario, Canadá, 2006, <http://www.livesandlivelihoods.org/>.

LAPA, José Roberto do Amaral. "*Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas*". In: Estudos Históricos, nº. 3, FFCL, Marília, 1966.

SALLES, M. F. C. Campinas em 1872. In: LISBOA, J. M. "*Almanak de Campinas para 1873*". Typografia da Gazeta de Campinas, 1872.

APÊNDICE 1: TABELAS

Os livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas são as anotações oficiais do recolhimento de tributos sobre diversas transações e propriedades na cidade de Campinas. São uma importante fonte para informação sobre meia-siza, décima de legados, dívida ativa, “emolumentos”, matrícula de escravos, indenizações, eventuais e impostos sobre casas de leilão, seges, prédios e capitalistas. É sobre este último que reside esta pesquisa.

TABELA 6: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1873 e 1874

1	Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral	1.000.000	500.000.000
2	José Egydio de Souza Aranha	400.000	200.000.000
3	Victorino Pinto Nunes	380.000	190.000.000
4	Pedro Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000
6	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000
7	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150.000	75.000.000
8	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	150.000	75.000.000
9	Bento Augusto de Almeida Bicudo	150.000	75.000.000
10	Francisco de Camargo Penteado	90.000	45.000.000
11	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000
12	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	70.000	35.000.000
13	Jorge Krug	70.000	35.000.000
14	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000
15	Díogo Benedito dos Santos Prado	60.000	30.000.000
16	Alda Brandina de Camargo (Dona)	55.000	27.500.000
17	Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	27.000.000
18	Constâncio Antunes da Silva	50.000	25.000.000
19	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000
		3.474.000	1.737.000.000

Fonte: Livro 51 (1873-1874) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 7: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1874 e 1875

1	José Egydio de Souza Aranha	400.000	200.000.000
2	Victorino Pinto Nunes	380.000	190.000.000
3	Proso Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
4	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000
6	Joaquim Quirino dos Santos	150.000	75.000.000
7	Alma Francisca de Amorim	150.000	75.000.000
8	Bento Augusto de Almeida Bicudo	150.000	75.000.000
9	Diogo de Moraes Salles	140.000	70.000.000
10	José Pedroso de Moraes Salles	140.000	70.000.000
11	Antônio Carlos de Salles	140.000	70.000.000
12	Francisca das Dores Coutinho	140.000	70.000.000
13	Francisco de Camargo Penteadado	90.000	45.000.000
14	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000
15	Jorge Krug	70.000	35.000.000
16	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	70.000	35.000.000
17	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000
18	Alda Brandina de Camargo	55.000	27.500.000
19	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000
20	Constância Antunes da Silva	50.000	25.000.000
		2.920.000	1.460.000.000

Fonte: Livro 52 (1874-1875) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 8: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1875 e 1876

1	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000
3	Pedro Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
4	José Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
5	Joaquim Quirino dos Santos	150.000	75.000.000
6	Antônio Carlos de Salles	140.000	70.000.000
7	Diogo de Moraes Salles	140.000	70.000.000
8	José Pedroso de Moraes Salles	140.000	70.000.000
9	José Paulino Nogueira	140.000	70.000.000
10	Victorino Pinto Nunes	100.000	50.000.000
11	Francisco de Camargo Penteadado	90.000	45.000.000
12	Paulino Venâncio da Rosa	90.000	45.000.000
13	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000
14	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000
15	Agência do Banco Mercantil de Santos	50.000	25.000.000
16	Agência do Banco Mercantil de Santos	50.000	25.000.000
		2.025.000	1.012.500.000

Fonte: Livro 53 (1875-1876) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 9: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1876 e 1877

1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	José Egydio de Souza Aranha	240.000	120.000.000
3	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
4	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
5	Proso Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
6	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
7	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
8	Antônio Carlos de Salles	105.000	52.500.000
9	Francisco de Camargo Penteadado	72.000	36.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
12	João Baptista Novaes	60.000	30.000.000
13	Joaquim Quirino dos Santos	60.000	30.000.000
		1.485.000	742.500.000

Fonte: Livro 54 (1876-1877) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 10: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1877 e 1878

1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	José Egydio de Souza Aranha	240.000	120.000.000
3	Antônio Carlos de Salles	168.000	84.000.000
4	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
5	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
6	Lois Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
8	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
9	Francisco de Camargo Penteadado	72.000	36.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
12	João Baptista Novaes	60.000	30.000.000
13	Joaquim Quirino dos Santos	60.000	30.000.000
		1.548.000	774.000.000

Fonte: Livro 55 (1877-1878) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 11: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1879 e 1880

1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	Proso Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
3	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
4	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
5	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
6	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
7	Antônio Carlos de Salles	72.000	36.000.000
8	Francisco de Camargo Penteado	72.000	36.000.000
9	Avelino Antero de Almeida Valente	66.000	33.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
		1.158.000	579.000.000

Fonte: Livro 57 (1879 - 1880) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 12: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1880 e 1881

1	Umbelina de Moraes Bueno	840.000	420.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
3	Maria Eugler Barbosa	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	441.000	220.500.000
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	336.000	168.000.000
6	Diogo de Moraes Salles	240.000	120.000.000
7	Irmãs de Nogueira Santos	240.000	120.000.000
8	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	240.000	120.000.000
9	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	240.000	120.000.000
10	Manoel Carlos Aranha	168.000	84.000.000
11	Herculano Augusto de Pádua e Castro	144.000	72.000.000
12	Avelino Antero de Almeida Valente	132.000	66.000.000
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	120.000	60.000.000
16	José Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
		4.461.000	2.230.500.000

Fonte: Livro 58 (1880 - 1881) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 13: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1881 e 1882

1	Umbelina de Morais Bueno	840.000	420.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
3	Maria Eugler Barbosa	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	441.000	220.500.000
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	336.000	168.000.000
6	Irmãs de Nogueira Santos	240.000	120.000.000
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	240.000	120.000.000
8	Diogo de Moraes Salles	240.000	120.000.000
9	Manoel Carlos Aranha	168.000	84.000.000
10	Herculano Augusto de Pádua e Castro	144.000	72.000.000
11	Avelino Antero de Almeida Valente	132.000	66.000.000
12	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
13	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
14	José Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	120.000	60.000.000
		4.221.000	2.110.500.000

Fonte: Livro 59 (1881 - 1882) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 14: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1883 e 1884

1	Carlos Norberto de Souza Aranha	1.212.000	606.000.000
2	Umbelina de Morais Bueno	600.000	300.000.000
3	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	355.200	177.600.000
5	Manoel Carlos Aranha	304.800	152.400.000
6	Diogo de Moraes Salles	180.000	90.000.000
7	Agência do Banco Mercantil de Santos	126.000	63.000.000
8	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
9	Francisco Augusto Pereira da Silva	72.000	36.000.000
10	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	72.000	36.000.000
11	João Manoel de Almeida Barbosa	72.000	36.000.000
12	Vicente Maria de Paula Lacerda	72.000	36.000.000
13	Francisco de Gouveia Pinto	48.000	24.000.000
14	José de Paula Souza	48.000	24.000.000
		3.762.000	1.881.000.000

Fonte: Livro 61 (1883 - 1884) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 15: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1885 e 1886

1	Manoel Carlos Aranha	600.000	300.000.000
2	Francisco Paulino de Moraes	600.000	300.000.000
3	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
4	Avelino Antero de Almeida Valente	60.000	30.000.000
5	Diogo de Moraes Salles	60.000	30.000.000
6	Umbelina de Moraes Bueno	60.000	30.000.000
7	José de Abreu Soares	60.000	30.000.000
8	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000
9	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	60.000	30.000.000
10	Antônio Joaquim Gomes Tojal	60.000	30.000.000
11	Maria Eugler Barbosa	60.000	30.000.000
12	Joaquim Celestino de Almeida Soares	60.000	30.000.000
13	Joaquim Celestino de Almeida Soares	60.000	30.000.000
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	60.000	30.000.000
15	João Manoel de Almeida Barbosa	24.000	12.000.000
16	Francisco de Gouveia Pinto	6.000	3.000.000
17	Pedro José de Oliveira	6.000	3.000.000
18	Francisco Alves de Almeida Salles	6.000	3.000.000
19	Antônio Pompeu de Oliveira	6.000	3.000.000
20	Amador Bueno de Floures	6.000	3.000.000
		2.034.000	1.017.000.000

Fonte: Livro 63 (1885 - 1886) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

APÊNDICE 2: FOTOS

FOTO DIGITAL 1:

Capa do Livro 55 (1877 a 1878) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Centro de Memória da Unicamp.



FOTO DIGITAL 2:

Primeira página do inventário de Joaquim do Amaral Camargo, ano de 1881, 4º ofício, caixa 164, processo nº. 4757.



FOTO DIGITAL 3:

Página com o “imposto sobre capitalistas” do livro 58 (1880-1881) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.

OBS: A partir deste documento foi possível estipular a relação existente entre o tributo recolhido (última coluna) e o montante de crédito a que ele se referia, fornecido pelo capitalista (penúltima coluna).

Lançamento do Imposto

Regulamento de 25

N.º	NOMES DOS CONTRIBUINTES	Residência		Monte de crédito em espécie de 1000 rs.	Imposto
		Nome e Número	N.º		
1	Antonio Leite & Maria Ribeiro	Residência		17.000,00	110,00
2	Agencia de Banco Mercantil	Banco Faria		18.000,00	120,00
3	Antonio Ribeiro Filho	Residência		18.000,00	110,00
4	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	Residência		18.000,00	110,00
5	Agencia de Banco Faria	Banco Faria		18.000,00	120,00
6	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	"		18.000,00	120,00
7	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	"		18.000,00	120,00
8	Agencia Faria Mercantil	Residência		18.000,00	120,00
9	Agencia Faria Mercantil	Banco Faria		22.000,00	140,00
10	Agencia Faria Mercantil	"		18.000,00	120,00
11	Agencia Faria Mercantil	"		18.000,00	120,00
12	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	Residência		20.000,00	140,00
13	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	"		20.000,00	140,00
14	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	Farmacia		18.000,00	120,00
15	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	Banco Faria		18.000,00	120,00
16	Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria	Residência		150.000,00	1.000,00
				1.117.000,00	1.570,00

Antonio Ribeiro & Luiz Augusto de Faria
O Coletor.
José Maria Corrêa & Cia.